



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MARCELA ARAUJO BARROS

**A INTERAÇÃO ENTRE PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS E
FRENTES PARLAMENTARES COMO MECANISMO INFORMAL DE INFLUÊNCIA
LEGISLATIVA**

Brasília, 2025
Marcela Araujo Barros

Agradecimentos

Nada nessa vida se faz sozinho e minha jornada não foi diferente. Muitas pessoas tiveram a paciência de me ensinar, me deram a oportunidade de tentar e me ajudaram a corrigir a rota quando necessário. Sou extremamente grata e levo cada uma comigo no coração.

Como escreveu Carlos Drummond de Andrade:

*“Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.”*

Deixo aqui meus sinceros agradecimentos ao meus pais que me apoiaram no que parecia um sonho impossível, fazer política; a minha irmã, meus padrinhos e minha avó que me incentivaram a vibraram a cada desafio superado; minhas tias que me deram casa e muito carinho em Brasília; ao Matheus que me apoiou com amor; ao Zé Fred que foi meu primeiro chefe e me ensinou muito; ao João Henrique, que me introduziu ao universo das frentes parlamentares, foi o criador do modelo de sucesso delas e autor de diversas ideias que tentei registrar aqui; a Tati e Marcelo que me acolheram e me guiaram pelos bastidores do congresso; ao Pablo e Marcos, de longe as pessoas mais sábias que conheço e que me fazem querer saber sempre mais; a Ale e ao Felipe que são os modelos de profissionais que quero me tornar; a Jami que fez meus dias de trabalho mais felizes; a Lari que foi uma liderança feminina inspiradora; ao David que foi um verdadeiro mentor que confiou e me deu autonomia para me desenvolver; ao João Galassi que me inspirou pelo exemplo e investiu no meu desenvolvimento. Admiro demais cada um de vocês e sou muito muito grata por tudo que fizeram por mim. Minha conquista também é de vocês. Obrigada.

Que depois do diploma venham mais muitas motivos pra celebrar, maturidade para correr menos e energia para entregar mais. Conto com cada um de vocês nesse processo.

Abraços, Marcellinha.

RESUMO

Busca-se analisar a atuação conjunta de dois mecanismos de influência: os profissionais de relações governamentais e as frentes parlamentares, a fim de compreender como ambos se relacionam para garantir a representação de interesses perante o poder público, apesar de sua informalidade. Logo, o objetivo final é sistematizar evidências e identificar padrões no relacionamento de tais dispositivos informais e sua eficácia no que diz respeito à capacidade de interferência nas decisões legislativas. Para isso, utiliza-se métodos qualitativos, com análise documental e entrevistas com atores-chave vinculados a frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais.

Palavras Chaves

Frente parlamentar; Relações Governamentais; Arenas informais; Grupos de interesse; Poder legislativo.

ABSTRACT

This study aims to analyze the joint action of two mechanisms of influence: government relations professionals and parliamentary fronts, in order to understand how they interact to ensure interest representation before public authorities, despite their informal nature. The ultimate goal is to systematize evidence and identify patterns in the relationship between these informal mechanisms and their effectiveness in influencing legislative decisions. To achieve this, qualitative methods are employed, including document analysis and interviews with key actors linked to parliamentary fronts and government relations professionals.

Keywords

Parliamentary front; Government relations; Informal arenas; Interest groups; Legislative power.

SUMÁRIO

Introdução	5
Capítulo 01 - Revisão de Literatura	
1.1- Frentes Parlamentares	8
1.2- Grupos de interesse, Lobby e Relações governamentais	13
1.3- Síntese e hipóteses	19
Capítulo 02- Metodologia	
2.1- Características da pesquisa.....	22
2.2- Uso da entrevista e descrição dos questionários	23
Capítulo 03- Análise de dados	
3.1- Evidências empíricas da atuação conjunta como mecanismo informal de influência legislativa	25
3.2- Frentes como espaços estratégicos de articulação e representação de interesses	35
3.3- Discussão de resultados e achados	40
Conclusão	42
Referências	45
Anexo A - Questionário Entrevistas.....	50

INTRODUÇÃO

Historicamente é possível observar grupos que se organizam em defesa de seus interesses para influenciar a formulação e implementação de políticas públicas. Nesse sentido, as frentes parlamentares vêm ganhando relevância e destaque no debate público nacional; além do contínuo crescimento quantitativamente desses grupos e até mesmo de artigos acadêmicos sobre o tema. Além disso, fica clara a lacuna de investigação das frentes em relação a atores centrais em seu processo de atuação - os profissionais de relações governamentais - uma vez que os trabalhos existentes observam discutem os grupos baseados no comportamento dos parlamentares (Carvalho 2022 p.9) e se dedicam sobre estudos de caso e não sobre a compreensão do fenômeno como um todo (Gozzetto , 2021, p.124).

As frentes são mecanismos informais, uma vez que estão previstas somente no regimento interno da Câmara dos Deputados (RICD) e sem poder deliberativo, nem previsão organizacional de elementos estruturais básicos como financiamento e sede física (Carvalho, 2022, p.3); não tendo assim reconhecimento constitucional e nenhum tipo de estrutura obrigatória de funcionamento. Dessa forma, sua legitimidade é proveniente não de seu papel institucional formal, mas de sua mobilização temática (Coradini, 2008, pg.16), muitas vezes realizada em conjunto com os profissionais de relações governamentais. Na mesma linha de atuação informal, observa-se que a atuação dos profissionais de relações governamentais, porque não existe uma lei que regulamenta o lobby (Oliveira, 2015), gerando um vácuo institucional; na prática a atividade é amplamente realizada, mas sem transparência e normas formais, dependendo da cultura organizacional e da postura dos atores. Mesmo na informalidade tal atuação demonstra uma crescente profissionalização e especialização na representação de interesses e capacidade de interferência política (Souza; Braga, 2018, p.10), com formação específica, entidades de classe (como a Abrig), e adoção de padrões éticos. Tal atividade já é reconhecida por diversos autores como instrumento legítimo de representação de interesses e participação democrática (Vieira, 2024, p.7). O código brasileiro de ocupações, por exemplo, já reconhece o profissional de relações institucionais governamentais como uma ocupação. Mesmo sendo uma norma meramente administrativa, essa é uma evidência de seu caráter profissionalizado e organizado (Gozzeto, 2021, p. 108). Outro argumento usado pelos autores para defender a legitimidade do lobby como ferramenta de representação de interesses são os direitos de petição e de associação, previstos na alínea “a” do inciso XVII do Artigo 5º da Constituição Federal (Brasil, 1988), os

quais garantem a todos a possibilidade de defender seus interesses e apresentar informações que podem resultar em influência na tomada de decisão da administração pública (OLIVEIRA, 2025, p. 4). Os direitos sociais também apresentam pontos convergentes à atividade de lobby, já que assegura o direito de organização sindical tanto em entidade de classe, quanto em m associação para defesa dos interesses de seus membros (Rocha, 2015, p.67). O autor ainda afirma que em linhas gerais, a Constituição Federal (Brasil, 1988) (Rocha, 2015, p.67).

Ademais, em contextos onde as instituições formais apresentam fragilidades e baixa capacidade de enforcement, observa-se o fortalecimento dos mecanismos informais de articulação política. Esses mecanismos podem atuar de forma complementar, substitutiva ou até mesmo subversiva em relação às instituições formais, conforme Helmke e Levitsky (2004). No cenário brasileiro, práticas como a atuação das frentes parlamentares e dos profissionais de relações governamentais configuram-se como vias legítimas, ainda que não regulamentadas, de influência no processo legislativo e de coordenação política, evidenciando a importância das arenas informais na dinâmica democrática contemporânea.

O tema é relevante dado que a literatura acadêmica já reconhece a atuação de grupos de interesse como fenômeno relevante na política contemporânea brasileira. Contudo, a interação entre atores externos: profissionais de relações governamentais e frentes parlamentares permanece inexplorada.

Frente à crescente proliferação das frentes parlamentares e a profissionalização do lobby, entender essa relação torna-se essencial para compreender a representação de interesses no Brasil. O estudo permite uma análise de como esses mecanismos conjuntos atuam na coordenação entre sociedade civil e parlamentares na tentativa de promoção de influência no processo legislativo. O tema é oportuno, pois permite compreender como dinâmicas políticas não institucionais se estruturam e operam no interior de uma democracia formal.

Desta forma, a pesquisa preenche uma lacuna acadêmica ao explorar a interação entre mecanismos informais na defesa de interesses temáticos perante o Poder Público. Compreender esse arranjo informal é essencial para captar as formas reais de influência no Legislativo brasileiro

Portanto, é válido analisar a atuação conjunta das frentes e dos profissionais de Relgov e sua eficácia na influência da atividade legislativa. Diante do exposto, o objetivo geral do presente trabalho é analisar padrões e sistematizar evidências de como os profissionais de relações

governamentais se relacionam com as frentes parlamentares e de que forma essas interações impactam a atuação legislativa no Congresso Nacional.

No primeiro capítulo realiza-se uma breve revisão de literatura sobre frentes parlamentares e relações governamentais. Tal revisão de literatura busca compreender as definições e compreensões acadêmicas acerca das frentes parlamentares com foco na intersecção e trabalho conjunto de tais atores. Para isso, utiliza-se uma ampla análise de literatura, não só dos temas centrais mas de temas correlatos, como grupos de interesse; arena informal; lobby e poder legislativo. Já no segundo capítulo é exposto a metodologia utilizada na pesquisa e a justificativa da escolha da análise qualitativa. No terceiro e último capítulo analisa-se os dados colhidos durante as entrevistas, comparando os resultados obtidos com as hipóteses iniciais.

Capítulo 01 - Revisão de Literatura

1.1- Frentes Parlamentares

Define-se frente parlamentar como um grupo suprapartidário de parlamentares com um tema, composto pelos fundadores, os membros efetivos e os colaboradores, que são os representantes do grupo de interesse (Coradini, 2008, pg.16). Já de acordo com Carvalho (2022, p.2) frentes são grupos suprapartidários com interesses temáticos que têm como objetivo influenciar os resultados do Legislativo.

No Brasil, as frentes parlamentares se originam de bancadas temáticas, que já se reúnem desde a década de 90, porém as frentes em si só foram institucionalizadas em 2005, via ato da mesa (Cascione, Araújo, 2019, p.2). As bancadas temáticas ainda têm sua relevância, porém atuam sem nenhum tipo de registro formal. São grupos maiores, que defendem um eixo temático. Um exemplo é a bancada ruralista e a Frente Parlamentar do Agronegócio (Silveira e Araújo, 2019 p. 240). Vale ressaltar que segundo Carvalho (2022, p.2) a diferença entre uma frente parlamentar e uma bancada temática é a institucionalização das frentes no RICD.

O requisito central para a criação dessa é uma lista de assinaturas dos parlamentares membros equivalente a $\frac{1}{3}$ do congresso, a qual não serve como forma de medir a força política do grupo, dado que é exigência formal, nem sempre os assinantes estão de fato envolvidos com as atividades da frente (Cascione, Araújo, 2019, p.2). Além da lista de assinaturas, é preciso registrar um estatuto e apontar um coordenador para a criação de uma frente. De modo geral, as condições de registro são muito simples e podem influenciar diretamente no elevado número de frentes criadas (Cascione, Araújo, 2019, p.3). Apesar da previsão no RICD, as frentes são consideradas informais, já que “estes não podem contratar pessoal nem fornecer passagens aéreas, além das solicitações da utilização de espaços físicos para reuniões ficarem sujeitas à decisão da Mesa Diretora.” (Carvalho, 2022, p.3). Ainda é notório salientar dois pontos a respeito do estudo das frentes: diversos parlamentares assinam o termo de criação de frentes sem nenhuma ligação com o tema, além do registro do grupo não há outros documentos disponíveis para a análise (Silveira e Araújo, 2019 p. 239).

Em relação aos objetivos centrais das frentes, é possível apontar: (i) mobilização de opinião de parlamentares com afinidade ao tema, (ii) conexão com executivo e (iii) articulação de interesses (Coradini 2008). Já na sua análise posterior, Coradini (2010) afirma que o principal objetivo das frentes é articulação entre grupos de interesse e o espaço político, ou seja, atividades

de expertise. Outros autores apontam 3 funções para as frentes: (i) informativa -estabelecer trocas de informações entre os congressistas e a sociedade civil, (ii) distributiva - determinação de agendas por meio da criação de coalizões e (iii) simbólica - demonstrar preferências ideológicas (Ringe, Victor e Carman, 2013). Cascione e Araujo (2019) argumentam que a principal função das frentes é a informativa, já que as frentes qualificam o debate e facilitam a participação na intervenção dos grupos de interesse no processo legislativo.

Sobre a adesão dos parlamentares às frentes, é determinada por diversos componentes, entre eles: afinidades regionais, corporativas (setoriais ou profissionais), a inserção em redes e alianças de mobilização de opinião(...)" (Coradini, 2010, p.5). Outrossim, pode-se relacionar a participação de frentes a menores recursos políticos (Coradini, 2010, p.6). O engajamento prévio com o tema/setor e o conjunto de componentes sociais, como escolaridade e patrimônio dos parlamentares também são critérios de participação das frentes (Coradini 2008).

As frentes podem ser divididas entre as corporativas e as ideológicas e afirma que a característica comum entre essas é que o investimento crucial é criação de autoridade no que diz respeito a seu tema, o que pode ser chamado de expertise (Coradini 2008). Ou podem ser divididas em frentes de lobby, que estão diretamente relacionadas a um grupo específico de interesse, com objetivo de alterar legislações ou advocacy, que são gerais e buscam maior adesão da sociedade; também podem ser caracterizadas como amplas ou focalizadas (Cascione, Araújo, 2019, p.11). Também é possível dividir as frentes em exógenas e endógenas, as primeiras se originam de demandas externas ao congresso, enquanto as endógenas surgem de ações políticas de parlamentares ou partidos (Silveira e Araújo, 2019 p. 249).

A revisão bibliográfica de Carvalho (2022, p.3) a respeito das frentes parlamentares contabiliza os dados oficiais da Câmara dos deputados, no que diz respeito ao registro de frentes. A autora demonstra numericamente a tendência de crescimento de frentes e justifica que isso aconteça devido a (i) demandas da sociedade civil, (ii) necessidade de representar interesses não assimilados pelos partidos, (iii) a crença de que a participação das frentes poderia ser revertida em retorno eleitoral aos parlamentares e (iv) a suposição de que o trabalho em conjunto com as frentes possa trazer resultados melhores nas negociações com o executivo. Por outro lado, Souza (2017, p. 7) o fator que impulsiona a ampliação das frentes é a diluição ideológica dos partidos, ou seja, essas instituições vem se desvinculando de pautas específicas, diminuindo sua identidade partidária e deixando de exercer sua função de canal entre sociedade e parlamentares. Portanto, a

fragilidade ideológica dos partidos favorece o estabelecimento das frentes como alternativa de defesa de temas (Souza, 2017, p. 8).

Ao analisar mais de cem estudos acadêmicos sobre o tema, Carvalho (2022, p.9) observou o baixo número de textos que analisassem o fenômeno das frentes como um todo, a maioria da literatura se debruça sobre estudos de casos específicos, fato apontado também por Gozetto (2021, p.124); também fica evidente a ausência de trabalhos sobre a institucionalização das frentes. Outro ponto relevante apontado pela autora é a pouca relevância que se dá ao comportamento legislativo, ou seja:

foco, na maioria das vezes, está na análise dos discursos e/ou das proposições de interesses específicos, mas pouco se sabe sobre a participação destes deputados e senadores no que tange às comissões, às votações nominais, às relações com os seus respectivos partidos políticos (Carvalho, 2022, p.13).

Dados colhidos a partir de uma survey no congresso no ano de 2017, mostram o alto grau de disseminação das frentes, com 74% dos deputados e 56% dos senadores indicando a participação em pelo menos uma frente. Entretanto, um quarto dos entrevistados participavam somente de uma frente, mostrando dedicação limitada a esses grupos (Cascione, Araújo, 2019, p.14). Na prática, as frentes não costumam ter capacidade de influenciar votações, porém representam ideias, sensibilizando pautas e criando agendas (Cascione, Araújo, 2019, apud Vega 1993; Ainsworth & Akins 1997; Ringe et al., 2013). Tanto é que 84,5% daqueles com cadastro na Câmara reconhecem os líderes de frentes como atores estratégicos na arena legislativa (Santos et al., 2017).

Outra estatística interessante é que 42% das frentes foram mencionadas por somente 2 parlamentares, o que demonstra que apesar dos diversos membros formais, na realidade as frentes não mobilizam congressistas. Os números levantados por Cascione e Araújo (2019, p.16) demonstram também a predominância de deputados e não senadores nas frentes. Os autores ainda criaram um indicador para o grau de institucionalização das frentes, o qual levou em conta o tempo de existência da frente, a quantidade de membros, sua complexidade baseada na divisão de trabalho e a padronização da rotina. Dentre as mais de 20 frentes analisadas, somente 3 demonstraram um alto grau de institucionalização, com destaque para a Frente Parlamentar do Agronegócio e a Frente Parlamentar Ambientalista.

O presidente Jair Bolsonaro foi eleito com o discurso que governaria sem as negociações típicas do presidencialismo de coalizão e sim negociando agendas do governo com bases

temáticas. Nesse cenário teoricamente atribui-se maior poder às frentes parlamentares, porém o levantamento de Cascione e Araújo (2019, p.16) mostram que as frentes mais ativas não estavam relacionadas à pautas econômicas, ou seja, não era possível que sustentassem o governo, já que esse era seu tema central. Segundo eles, as frentes não demonstram grau suficiente de institucionalização para a substituição dos partidos, especialmente porque não têm incentivos para que os parlamentares sigam as orientações de votação e atuação. As frentes são complementares ao trabalho dos partidos e não competidoras com esses (Cascione, Araújo, 2019, p.4). Tanto é que não houve nenhum movimento por parte dos partidos para atacar esses grupos, demonstrando a convivência de complementaridade.

Cesário (2016) analisa como os principais grupos de interesse articulam redes de influência a partir da mobilização de diversos recursos: técnicos, relacionais e simbólicos. Segundo o autor, tais grupos são um espaço decisivo de mediação entre políticos e a sociedade civil. A organização dessas redes é feita por meio de relações interpessoais, vínculos temáticos e estratégias informativas e não de maneira tradicional como partidos ou comissões formais. Portanto, mesmo sem tratar diretamente das frentes parlamentares, ele oferece elementos de grande relevância para a compreensão de tal instrumento. Souza (2017, p.28) leve mais ideias adiante, citando diretamente as frentes e afirmendo funcionam como forma de representação das demandas sociais perante o poder público e que por isso, fazem parte das redes de governança das políticas públicas, sendo efetivas na interação com os diversos atores do poder público.

O estudo de Cesário (2016, p.110) propõe uma abordagem relacional da influência política no Congresso Nacional, destacando que o posicionamento dos grupos de interesse nas redes de interação pode funcionar como um indicador central para sua capacidade de influência, mais relevante até do que o próprio poder formal e resultados legislativos. Sua pesquisa mapeia a formação de um núcleo, ou seja, “um subconjunto de grupos de interesse (...) que pode ser indicado como aqueles de maior influência” (Cesário, 2016, p. 109) composto principalmente por centrais sindicais e associações de servidores públicos, evidenciando que esses grupos possuem maior capacidade de articulação e por isso atuam como hubs estruturais no processo decisório (Cesário, 2016, p.119). Apesar disso, o estudo revela que a rede apresenta baixa centralização e falta de hegemonia de algum tipo de grupo, o que reforça a ideia de competição plural entre os atores políticos (Cesário, 2016, p. 123-124). Portanto, a análise de Cesário contribui para compreender como dinâmicas informais e redes de relacionamento potencializam

a influência política no Legislativo, legitimando o estudo da articulação entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais como atores estratégicos na mediação de interesses.

As arenas informais são espaços não institucionalizados de articulação política, que operam à margem dos canais formais do processo legislativo, mas exercem influência significativa nas decisões políticas (CESÁRIO, 2016). Tais espaços funcionam como plataformas para formação de coalizões, construção de debates e consensos, além de circulação de informações técnicas, ampliando a capacidade de atuação política de atores, como a sociedade civil organizada, que nem sempre têm acesso direto aos mecanismos formais de poder. Coradini (2010) considera as frentes parlamentares como um espaço informal de articulação de debate entre os parlamentares e grupos de interesse. O autor ainda defende que a criação de uma frente exige a junção de parlamentares com afinidade ao tema, para que essas instituições sejam um espaço de articulação com representantes do poder, sejam esses membros do legislativo ou executivo e também com a sociedade organizada, ou seja, o autor a atuação desse mecanismo se dá por meio de redes de diferentes atores.

Assim, há três grupos centrais envolvidos no processo: legisladores, membros do executivo e sociedade civil (a qual é de costume representada pelos profissionais de relações governamentais). Logo, embora não formule explicitamente o conceito de hibridismo institucional, Coradini (2010 p.5 e 6) descreve uma lógica híbrida de atuação política, na qual estruturas informais como as frentes parlamentares articulam-se com instituições formais para mediar interesses entre o legislativo, por meio de recursos simbólicos e informacionais, utilizados para construir autoridade. Por fim, apesar de ressaltar o papel simbólico e informacional das frentes, o autor reconhece o potencial de eficácia dessas em certos contextos.

Souza (2017, p.60) demonstra que algumas frentes tem sua operacionalização diretamente ligadas com institutos, ou seja, uma associação com natureza jurídica criada pela sociedade civil que reúne diversos entes privados do mesmo tema, que fornece subsídios informacionais e argumentativos para a atuação da frente. Normalmente, não são os executivos e donos de empresas que participam do processo decisório do instituto e da frente e sim os profissionais de relações governamentais/ institucionais.

O exemplo central estudado pelo autor é o IPA- Instituto Pensar Agro, o qual é formado por mais de 40 entidades para subsidiar a FPA- Frente Parlamentar do Agronegócio. Segundo

ele, a criação dos institutos contribuem para o pluralismo representativo, já que facilita a participação de diferentes entidades no processo de representação, ao prover o suporte administrativo e técnico às frentes (Souza, 2017, p.38). O autor ainda deixa claro que a criação do instituto ocorre para driblar o Ato 69 de 2005 da Câmara dos Deputados, o qual estabelece a criação das frentes porém proíbe que possuam recursos próprios e contratem pessoal. Vale deixar evidente, que os profissionais de relações governamentais costumam ser contratados por institutos e frentes para realizar o trabalho de contato, criação de relacionamento e disponibilização de informações junto aos parlamentares. Logo, a criação dos institutos se mostrou uma alternativa de sucesso para garantir a institucionalização e operação prática das frentes. O autor ainda cita brevemente que as entidades fornecem além de suporte técnico e administrativo, o custeio de despesas das frentes (Souza, 2017, p.61).

1.2- Grupos de interesse, Lobby e Relações governamentais

De modo geral, a atuação dos grupos de interesse tem três objetivos: influir no processo legislativo; abrir canais de comunicação com o Executivo e obter informações relevantes para seu setor. Gozetto (2021, p. 109) utiliza a seguinte definição: “grupos de interesse utilizam os recursos que captam dos seus membros para tentar influenciar as decisões políticas em vários âmbitos, sejam elas locais ou nacionais”. A autora ainda afirma que tais grupos tem padrão periódico de articulação, procedimento organizado e continuidade quanto a sua estrutura interna. Já outros autores definem tais grupos como:

Uma associação de indivíduos ou organizações ou uma instituição pública ou privada que, com base em um ou mais preocupação ou interesse compartilhado, tenta influenciar a política pública a seu favor” (Thomas 2004, p.4 apud Santos 2007 **apud** Rocha 2015).

Embora serem mais plurais, esses grupos são frequentemente divididos entre sindicatos e associações livres (Santos, 2014, p.9). Dentre as táticas empregadas, vale ressaltar as atividades de contato direto com parlamentares, a elaboração de projetos e emendas, mobilização da mídia, judicialização das políticas públicas, envio massivo de e-mails, monitoramento legislativo e a busca por agendamentos de reuniões com stakeholders (Ribeiro; Borges; Boarim; 2021 p. 16). Rocha (2015, p. 73) define como as principais estratégias empregadas no lobby o mapeamento de autoridades, a identificação de tendências, organização de eventos, produção de informações técnicas específicas, visitas in loco e elaboração de argumentos persuasivos. Outras atividades

relevantes são: o alto grau de conflito do tema discutido, a opinião pública, a relação do grupo com decision makers, a figura do lobista (Ribeiro; Borges; Boarim; 2021 p. 14).

A literatura internacional reconhece os grupos como fundamentais para o processo político e de representação democrática, já que “disseminam informações dos elites políticas para o público em geral; atuam em todos os níveis de governo fornecendo informações, representando interesses afetados e debatendo os méritos de propostas de mudanças de políticas; trabalham de quase todas as maneiras concebíveis para influenciar o governo” (BAUMGARTNER; LEECH, 1998, p.210). Segundo Santos (2007 **apud** Rocha 2015, p. 69) o lobby é um dos tipos de atuação dos grupos de interesse e pode ser definida como a atividade realizada junto aos parlamentares e formuladores de políticas públicas. Tais autores ainda apontam a dificuldade de estudar o tema de forma sistemática, devido a sua atuação variada e impactos amplos. De igual, se soma o fato do lobby ser uma atividade informal, já que inexistem regras formais que a regulamentem, como aponta:

Verifica-se, externamente ao Congresso a existência de assessorias parlamentares em praticamente todos os órgãos importantes da República e nas principais entidades de classes e empresas brasileiras. Internamente, os procedimentos limitam-se ao credenciamento dos atores perante as Secretarias Gerais das casas congressuais e a cessão de espaço físico e recursos materiais para a sua atuação, sendo a atividade, portanto, reconhecida e incentivada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal.” (Rocha, 2015, p.65).

A análise dos grupos que atuaram na Câmara de 1983 a 2012 demonstra que o Brasil passou de um modelo corporativista, para um modelo híbrido, que combina pluralismo e representação sindical (Santos, 2014, p.9). Antes, a negociação era tripartite, Executivo, empresários e trabalhadores, no modo corporativista. Hoje, detecta-se uma sociedade civil mais robusta, com diversificação das organizações sociais. Consequentemente, há a intensificação das ações de lobby, as quais ocorrem de maneira atomizada, tornando o Congresso um espaço de atuação ainda mais relevante. Porém mantém-se também algumas negociações centralizadas com o executivo, como no modelo corporativista, e por isso o novo modelo híbrido. Dessa forma, a arena legislativa pode ser vista como: (i) extensão na disputa do executivo ou (ii) possibilidade de inclusão de temas na agenda.

Beatriz Rey (2023, p.114) afirma que as organizações da sociedade civil têm capacidade de influenciar o trâmite legislativo, fornecendo subsídios informacionais sobre políticas públicas e pressionando pela aprovação de projetos.

Dado a nova dinâmica híbrida na representação de interesses, ganha-se força o lobby, que pode ser definido de modo geral como uma estratégia de representação de interesses ou relação construída entre o interessado e o parlamentar. Gozetto (2021, p.107) defende que a prática de lobby é legítima pois é uma prática de representação de interesses inerente às democracias liberais, por isso não deve ser confundida com atividades ilícitas como tráfico de influência. Segundo ela, a falta de regulamentação contribui para a manutenção do estigma negativo relacionado à atividade. Já Viera (2024, p.9) defende que a origem do estigma é o fato do lobby ter sido desenvolvido na informalidade no Brasil, associado à ideia de barganha de favores, especialmente durante a ditadura militar, o que contaminou a percepção pública da atividade. A autora, assim como Gozetto, também defende que a atividade seja regulamentada, com base em boas práticas internacionais, como sugerido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (Vieira, 2024, p. 15). Oliveira (2015, p.14) defende a criação de um marco regulatório que garanta a transparência e a participação cidadã na atividade e sugere medidas práticas como o cadastramento de lobistas, a realização de relatórios de livre acesso ao público, elaboração de códigos de ética. Segundo ele, esse é um passo necessário para a consolidação do pluralismo democrático (OLIVEIRA, 2015, pg. 19).

É possível categorizar o lobby a fim de facilitar seu estudo: o lobby corporativista é o contato direto com congressistas, para apresentação de projetos e emendas; enquanto o lobby pluralista é o resultado desse, já que são as ações tomadas por legisladores devido a atuação anterior (Silveira e Araújo, 2019 p. 237 apud Santos, 2014). O lobby também pode ser compreendido como uma forma legítima de representação de interesses ante ao poder público, mesmo que no Brasil não seja regulamentado por um marco legal específico, ou previsto constitucionalmente (Oliveira, 2015). Já de acordo com Farhat (2007, p.50) lobby é “toda atividade organizada, exercida dentro da lei e da ética, por um grupo de interesses definidos e legítimos, com o objetivo de ser ouvido pelo poder público para informá-lo e dele obter determinadas medidas, decisões, atitudes”. O lobby não só realiza ações com objetivo de dar celeridade à tramitações, mas também para conter processos (Rocha, 2015, p. 73) . Outro ponto que é preciso citar é que de acordo com alguns autores, lobby pode ser entendido como parte da atividade de advocacy, que é a participação ativa de associações da sociedade civil em pautas políticas, econômicas e culturais (ARAÚJO; SILVA, 2016, p.14).

Mesmo que o senso comum relate o lobby com temas como corrupção e patrimonialismo, levando a uma conotação pejorativa, diversos autores defendem a legitimidade da atividade, afinal “defender interesses é legítimo (...) desde que esse seja legal e não confronte o interesse nem a moralidade públicos.” (SELIGMAN, 2022, p.153). No dicionário de política, escrito pelos italianos Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (2004) argumenta-se que os sistemas democráticos contemporâneos funcionam pior se não existissem grupos de pressão, já que esses realizam uma interlocução eficaz entre grupos sociais organizados e o governo, proporcionando uma participação significativa. Ferreira (2016, p.5) também conclui que a atuação de grupos de interesse e pressão é legítima, faz parte do estado democrático de direito e ocorre devido a diversidade e interesses e de grupos sociais. Mancuso e Gozetto (2011, p.5) seguem na mesma linha de pensamento e afirmam que “o lobby lícito pode constituir-se em instrumento democrático de representação de interesses, ao trazer contribuições positivas para os tomadores de decisão, a opinião pública, os interesses representados e o sistema político como um todo”, eles defendem que o lobby contribui para o refinamento da opinião pública e para a ampliação da qualidade das decisões tomadas por agentes políticos. Mesmo assim, a autora afirma em outro artigo posterior que diferente do modelo neocorporativista europeu, o Brasil consolidou um padrão fragmentado e competitivo de representação, caracterizado por demandas particularistas, fragilidade dos partidos e baixa capacidade de coordenação institucional (Oliveira, 2005, p. 40). Vianna (1995 **apud** Oliveira, 2005, p.41) denomina esse fenômeno de “americanização da política”, ou seja, múltiplos atores que disputam questões específicas e que não conseguem firmar pactos duradouros entre estado e sociedade.

A profissionalização do lobbying no Brasil ganhou força a partir dos anos 2000, com o avanço da democracia e a maior abertura do Legislativo à sociedade civil (Oliveira, 2005, p. 41). Segundo a autora, além de equipes qualificadas, formadas por profissionais com experiência prática no Congresso e formação em áreas como Ciência Política e correlatas, ainda houve o surgimento de cursos de especialização, como os oferecidos pela UnB, o que evidencia a busca por formação técnica. Ela também ressaltou o fato de que os escritórios passaram a divulgar suas estratégias e serviços por meio de sites e canais próprios, o que indica maior organização e visibilidade pública da atividade (Oliveira, 2005, p. 41). Segundo Souza e Braga (2018, p.10) o processo de profissionalização da atividade, se utilizou de estratégias técnicas, comunicacionais e relacionais, tendo como seus principais ativos a construção de confiança e reputação. Essas

características conectam-se diretamente à lógica do lobby técnico-institucional, onde a capacidade de fornecer conhecimento especializado se torna central para a articulação de pautas junto ao Legislativo. Rocha (2015, p.69) afirma que o lobby é uma atividade majoritariamente exercida com estruturas institucionalizadas e profissionais qualificados. O autor realizou uma análise qualitativa a partir de grupos de discussão com profissionais de relações governamentais (lobistas) do setor privado tanto de empresas quanto de associações quanto de empresas e também do setor público e concluiu que há uma crescente institucionalização da atividade; no setor privado por exemplo há a inserção de novos setores no campo de lobbying e no público ampliou-se a quantidade de atores institucionais denominados assessores parlamentares, que são os servidores que realizam lobby em defesa dos órgãos públicos dos quais fazem parte (Rocha, 2015, p.71). Ferreira (2016, p. 16), por exemplo, realizou uma pesquisa com servidores da Câmara dos Deputados a qual comprovou não só uma alta percepção da existência dos agentes de lobby, mas que em 95% das situações fornecem o apoio para a realização de suas atividades (FERREIRA JÚNIOR, 2016, p. 19), o que demonstra a clara influência do lobby no processo legislativo.

Os profissionais de relações governamentais são reconhecidos por fornecer informações técnicas de forma estruturada e estratégica aos parlamentares (Gozzeto, 2021, p.118); tais profissionais tem o papel decisivo de acrescentar subsídios especializados no processo de tomada de decisão (Vieira, 2024, p.12). Destaca-se também nessa área o lobby informacional, que oferta subsídios técnicos e dados qualificados, como modo de criação de relacionamento e moeda de troca com políticos (COSTA; BRANCO, 2020, p.88). Além disso, segundo Souza (2017, p.59) as frentes são agentes informacionais, que compartilham informações especializadas para atingir seus objetivos. Nessa lógica, interação com as frentes permite que a distribuição de informação seja executada de forma mais personalizada, afinal estudos recentes mostram que na era digital obter informações confiáveis se tornou um dos principais objetivos dos políticos (CLUVERIUS, 2014, p.2); Gozzeto (2021, p. 119) destaca por exemplo a produção realizada por lobistas de argumentos sobre medida a partir do mapeamento prévio de stakeholders, dos pontos de convergência e divergência. De acordo com o autor, a digitalização permitiu um contato direto entre eleitores comuns e legisladores, barateando a possibilidade de pressioná-los sem o uso de extensos recurso, porém a técnica de grassroots lobbying perdeu efetividade, ou seja, os parlamentares ignoram as mensagens em massa enviadas pela população e em contraste buscam

canais mais estruturados. Assim, abre-se espaço para a atuação do “insider lobby” ou “direct lobby”, que é como o autor se refere ao lobby profissional que depende de um custo elevado para a realização, por meio de expertise, construção de reputação e recursos organizacionais significativos (CLUVERIUS, 2014, p.4). Dessa maneira, a atuação conjunta dos profissionais de relações governamentais e das frentes se torna mais efetiva do que a pressão exercida por um alto volume de mensagens da população, mostrando mais uma vez a força de influência dos grupos de interesse.

Também é preciso demonstrar a relação direta entre frentes e lobby demonstrada: "As frentes parlamentares são vistas como grupos que incorporam e extrapolam as estratégias de lobby." (Silveira e Araújo, 2019, p. 237 apud Santos, 2014). Ainda assim, os autores defendem que as frentes não obedecem exclusivamente às estratégias de lobby, apesar de incorporá-las. Vale ressaltar que também relaciona-se às frentes diretamente com os grupos de interesse "[...] os colaboradores [das frentes parlamentares] são os representantes do grupo de interesse." (Coradini, 2008, p. 16). Mancuso e Gozetto (2011, p.6) argumentam que o lobby cria um canal de comunicação entre os interesses organizados e o poder público, legitimando o sistema político. Dessa maneira, mesmo sem citar as frentes, é possível relacionarmos tal percepção com elas, já que as frentes parlamentares são um modo de organizar os interesses e são os lobistas, ou seja, profissionais de relações governamentais que são o canal de comunicação dessas com os políticos e instituições.

Silveira e Araújo (2016, p.15) categorizam as frentes parlamentares, e uma das categorias descritas é a frente de lobby. Segundo eles, tais frentes atuam para setores específicos, tem pautas pontuais, ou seja, tem forte tendência à focalização e costumam atuar por meio de eventos; seu direcionamento é realizado pelos grupos interessados, a fim de alcançar determinados objetivos. Os autores ainda afirmam que essas frentes não se preocupam em gerar resultados favoráveis à coletividade e sim buscam obter algum tipo de vantagem como renda ou proteção política.

Logo, o lobby exerce um papel relevante na representação de interesses, mesmo sem regulamentação legal e formal. Sua articulação com frentes parlamentares e grupos de interesse reforça seu potencial de influência, ao integrar conhecimento técnico, relacionamento político e estratégias informais no ambiente legislativo.

1.3- Síntese e hipóteses

O Brasil passou de um modelo de representação de interesses corporativista, em que o predomínio das discussões acontecia entre poder executivo, empresas e empregados, para um modelo híbrido, que é mais pluralista, com atuação de diversos grupos de interesse que negociavam não só com o executivo, mas especialmente com o legislativo (Santos, 2014, p.9).

Há vários grupos atuando para influenciar o processo legislativo e obter resultados políticos favoráveis aos seus setores e causas, entre eles os grupos de interesse, de lobby e advocacy. As frentes parlamentares, ora são reconhecidas como grupo de interesses, ora como meio de articulação entre tais grupos e o cenário político. A literatura define como baixos seus níveis de institucionalização (Cascione e Araújo, 2019, p.16) e sua capacidade de influência na agenda política, apontando como sua principal função informar e influenciar a opinião dos parlamentares, se tornando referência, ou seja, detendo a expertise na sua temática (Ringe, Victor e Carman, 2013).

Já no que diz aos profissionais de relações governamentais, a área de lobby é crescente e se encontra cada dia mais profissionalizada (Souza; Braga, 2018, p.10), mesmo com sua informalidade. É possível observar na literatura que há relacionamento entre a área, os grupos de interesse e as frentes (Silveira e Araújo, 2019, p. 237 apud Santos, 2014), porém tal interação não é explorada a fundo. O artigo de Ferreira aponta a relação entre ambos, mostrando que as frentes costumam contratar lobistas: “Elas (frentes parlamentares) agem ora como partidos (...) ora como entidades de movimentos sociais, fundando sedes, contratando lobistas e realizando pressão sobre os parlamentares não membros da frente” (Ferreira, 2015, p. 13).

Diante de tal panorama, observa-se que as frentes parlamentares e os profissionais de relações governamentais compartilham um espaço estratégico na representação de interesses junto ao Poder Legislativo. A literatura aponta que, embora ambos operem em arenas informais e com baixa institucionalização formal, sua atuação conjunta pode potencializar a influência sobre a atividade política e processo decisório.

Também é possível notar a escassez de estudos que analisem conjuntamente a atuação das frentes parlamentares e dos profissionais de relações governamentais e portanto, torna-se necessário a avaliação de como tal colaboração estratégica atua visando influenciar o processo legislativo e sua eficácia.

Nessa lógica, outro ponto importante a ser analisado e que diz respeito tanto do lobby quanto das frentes parlamentares é a informalidade de tais instituições. Para abordar tal tema primeiro é necessário definir o que são instituições informais, de acordo com Helmke e Levitsky (2004) são regras socialmente compartilhadas, geralmente não escritas, que são criadas, externadas e impostas por canais à margem dos meios oficiais. Já segundo Segundo Lauth (2012, p. 47, **apud** FERREIRA JÚNIOR, 2015, p.7) as instituições informais são aquelas que não são codificadas por qualquer meio oficial, com autoridade baseada em fontes múltiplas e legitimidade aferida no seio social. Aguiar (2015, p.26) argumenta que são normas, majoritariamente não escritas e sim socialmente compartilhadas, que tem poder coercitivo igual ou superior às regras formais. North (1990, **apud** FERREIRA JÚNIOR, 2015, p. 7) afirma que essas instituições moldam ou até mesmo suplantam as regras formais, e por isso é extremamente relevante compreendê-las de forma sistemática.

As regras informais costumam ser adotadas em três situações: quando as regras formais são insuficientes para lidar com todas as situações práticas, o que faz com que os atores políticos desenvolvam procedimentos alternativos; se mudanças nas normas formais forem inviáveis ou de elevado custo, os atores podem recorrer a alternativas informais e com objetivo de atingir resultados que não seriam aceitos pela opinião pública e por isso devem ser realizados de modo diferente do tradicional (Aguiar, 2015, p.30).

O artigo de Ferreira (2015, p.7) se opõe ao neoinstitucionalismo clássico, já que esse foca na análise das instituições formais, enquanto o autor contra argumenta que os atores políticos tem liberdade de interagir com as instituições informais, as quais podem ser complementares, alternativas ou até mesmo substituir as formais.O autor realiza uma breve revisão de literatura de autores como North, O'Donnell, Lauth, Helmke e Levitsky, estudiosos das instituições informais (Ferreira, 2015, p.2). Aguiar (2015, p.25) segue a mesma linha, ao analisar que o foco na analisa somente das instituições formais limita a compreensão do processo decisório de modo pleno. O autor ainda (Aguiar 2015, p.34) aponta a possibilidade da interação das instituições formais e informais de resultar no fortalecimento das democracias, já que a variação de enforcement (imposição) e obediência (compliance) dessas faz com que ambas sejam utilizadas na realidade e evoluam gradativamente com a cultura e com o tempo. Ele ainda ressalta que a flexibilidade trazida por tais normas informais podem ser benéficas e necessárias a depender da posição política ocupada (Aguiar 2015, p.30).

Dessa forma, a metodologia adotada busca captar a lógica relacional e a eficácia prática desses mecanismos informais dentro do Legislativo brasileiro. Portanto, esta pesquisa pretende preencher uma importante lacuna na literatura ao sistematizar e avaliar empiricamente a eficácia da interação entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais. O trabalho parte de duas hipóteses centrais:

H1: a atuação conjunta entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais (variável independente) representa um mecanismo informal e eficaz de influência sobre a produção legislativa no Congresso Nacional (variável dependente);

H2: a interação dos profissionais de relações governamentais junto às frentes parlamentares indica que essas estruturas temáticas funcionam como espaços estratégicos de articulação política e representação de interesses.

Capítulo 02- Metodologia

2.1- Características da pesquisa

A pesquisa sugerida é de tipologia exploratória, construtivista (de abordagem interpretativista) e qualitativa. Ela é exploratória pois o tema estudado é pouco explorado sistematicamente na literatura, ou seja, o objetivo do artigo é identificar padrões iniciais, dando início à uma literatura mais específica e aprofundada sobre o tema. A análise está voltada para uma dinâmica informal ainda não consolidada, a interação entre as frentes parlamentares e os profissionais de relações governamentais, buscando a compreensão de se e como essa relação conjunta atua, logo se observa interpretações contextualizadas e não uma interação já bem delimitada na academia. Ferreira (2015, p.13) revisa diversas teses a respeito das instituições informais e conclui que o estudo dessas é melhor organizado a partir de métodos qualitativos, como entrevistas e estudos de casos, assim como proposto. O artigo de Rocha (2015) sugere que o estudo do lobby deve ser feito por meio da *Grounded theory*, ou seja, dados extraídos de situações reais usados para formular explicações e categorizações sobre um fenômeno. Segundo ele, autores defendem o uso de tal teoria com enfoque qualitativo a fim de entender a perspectiva dos indivíduos sobre a atividade em que estão envolvidos (Corbin, 2008 apud Rocha 2015, p.68).

Em relação ao construtivismo, a pesquisa irá se debruçar de maneira mais aprofundada sobre algumas frentes pontuais. A ideia é analisar duas frentes parlamentares que são conhecidas no senso comum por seu sucesso e entrevistar profissionais que pertencem a elas ou se relacionam diretamente com essas, a fim de averiguar a hipótese 1, de que, mesmo com a literatura acadêmica atual determinar o papel informativo a essas instituições, existem algumas que, juntamente com a atuação dos profissionais de relações governamentais, realmente têm capacidade de influência no Congresso Nacional. Observa-se nesse caso tanto as frentes quanto os profissionais de relações governamentais como construções sociais e políticas, que, ainda que da falta de formalidade na previsão constitucional e poder decisório, são construídas socialmente a partir da cultura institucional, da prática e interação entre os atores políticos e sociedade civil.

A análise realizada será qualitativa, pois será utilizada uma pesquisa mista, que combina análise documental e estudos de casos para a compreensão da atuação das frentes e de sua relação com os profissionais de relações governamentais e a eficácia dessa em relação à capacidade de influência legislativa. Os procedimentos realizados serão: estudo de caso de duas frentes parlamentares, levantamento de informações como o número de reuniões realizadas, a quantidade de parlamentares presentes, os cases de destaque de influência no processo legislativo

e o número de matérias jornalísticas veiculadas. O estudo será realizado a partir de entrevistas¹ com os diretores executivos das frentes; com profissionais de relações governamentais que representam grupos de interesse e têm relacionamento com as frentes; e com deputados que ocupam cargos de liderança nas frentes, a fim de compreender como essa interação se dá e sua capacidade de resultado. Também será realizada análise documental das pautas e ações legislativas das frentes, especialmente de seu financiamento e interação com a sociedade civil, representada pelos profissionais de relações governamentais.

2.2- Uso da entrevista e descrição dos questionários

A entrevista semiestruturada foi escolhida como principal técnica de coleta de dados por permitir certa flexibilidade. É uma forma muito utilizada quando o objetivo é compreender a lógica interna das práticas e discursos dos entrevistados, principalmente em contextos informais e pouco institucionalizados como o analisado nesta pesquisa. Segundo Castro e Oliveira (2022, p. 28), a entrevista semiestruturada deve ser entendida como um espaço de construção compartilhada de sentido, em que pesquisador e entrevistado constroem juntos os significados do que está sendo discutido. Essa técnica parte de um roteiro previamente estruturado, mas permite ajustes durante a conversa, conforme novas questões forem surgindo — característica essencial em temas como articulações políticas informais, que exigem sensibilidade e flexibilidade na investigação. Manzini (2004, p. 3) complementa que a entrevista semiestruturada é indicada justamente quando se é necessário ouvir o campo para captar como os sujeitos interpretam e vivem o fenômeno em questão. Por isso, essa escolha metodológica dialoga diretamente com os objetivos desta pesquisa e com a abordagem qualitativa e interpretativista adotada.

Vale ressaltar que as entrevistas serão analisadas por meio de tecnologias e softwares já validados no meio acadêmico, como “Atlas.ti” e “Iramuteq”, para facilitar a posterior organização de informações, compreensão e interpretação do conteúdo. A aplicação das entrevistas será feita com diretores executivos das frentes parlamentares ou profissionais que exercem papel de liderança nessas; no que diz respeito aos profissionais de relações governamentais, serão entrevistados aqueles que ocupam cargos relevantes como gerente e coordenador na instituição em que atuam.

¹As entrevistas utilizadas nesta pesquisa estão disponíveis mediante solicitação à autora.

Por último, além das entrevistas, a análise documental será utilizada como técnica complementar de coleta de informações, especialmente por permitir o acesso a registros produzidos de forma independente pelas frentes parlamentares, profissionais de relações governamentais e pelos próprios atores políticos — como notas técnicas, materiais institucionais, registros de eventos políticos (frentes e instituições), projetos de lei, registro de votação e orientação de voto (Câmara dos Deputados). Sampaio e Lycarião (2022, p. 27) ressaltam que a análise de documentos é essencial em pesquisas qualitativas por fornecer dados que ajudam a contextualizar e enriquecer as interpretações geradas a partir das falas dos entrevistados. Os autores ainda destacam que os documentos carregam intenções, disputas e posicionamentos dos sujeitos que os produzem, devendo ser analisados não apenas pelo seu conteúdo explícito, mas também pelas ausências e conteúdos implícitos. Já Castro e Oliveira (2022, p. 30) observam que a análise documental permite compreender como certas narrativas são institucionalizadas e quais discursos ganham visibilidade em determinadas arenas políticas. No caso desta pesquisa, os documentos são essenciais para entender como a atuação das frentes parlamentares e dos profissionais de relações governamentais ocorre em relação aos agentes políticos.

Cases a serem analisados:

- 1) FPE - Frente Parlamentar do Empreendedorismo + ABRASCA: PL 3817/2024 que garante uma tributação mínima efetiva de 15% dentro do acordo global para evitar erosão tributária e prorroga a vigência da norma para 2029;
- 2) FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária + Sindicerv: PL 3817/2024 (Medida Provisória do tabelamento do frete) e o PL 907/2022 (rótulos com indicação de glúten)

Capítulo 03- Análise de dados

3.1- Evidências empíricas da atuação conjunta como mecanismo informal de influência legislativa - Teste de H1

A hipótese que propõe que a atuação conjunta entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais configura um mecanismo informal e eficaz de influência legislativa foi parcialmente confirmada. Uma vez que os dados coletados nas entrevistas reconhecem de forma expressa que há cooperação ativa entre a frente e os profissionais externos de relações governamentais, e que essa provoca influência legislativa, porém defendem que a atuação de ambos atores, conjunta ou não, é formal e não informal.

Para compreender os argumentos a respeito da informalidade das frentes a ótica do conceito acadêmico de instituições informais, é necessário resgatar a literatura especializada. Helmke e Levitsky (2004), definem instituições informais como regras socialmente compartilhadas, geralmente não escritas, criadas e aplicadas por canais à margem dos meios oficiais, podendo reforçar, substituir, acomodar ou competir com as instituições formais. Lauth (2012, apud FERREIRA JÚNIOR, 2015) e Aguiar (2015) reforçam que sua legitimidade deriva do reconhecimento social e que podem exercer poder coercitivo igual ou superior ao das normas formais. Entretanto, ao aplicar tais definições ao caso brasileiro, é possível sustentar que as frentes parlamentares, embora possuam elementos típicos de articulação política, operam em um arranjo formalmente reconhecido e regulamentado pela Câmara dos Deputados, o que abre espaço para questionar sua classificação como instituição informal. De fato, não atuam à margem dos meios oficiais, mas sim sob previsão expressa no Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005, que estabelece critérios para sua criação, registro e funcionamento (Brasil, 2005). Logo, sua legitimidade não decorre apenas do reconhecimento social, mas também de respaldo jurídico-institucional, o que as aproxima do campo das instituições formais.

Ao observar a rede de coocorrência das entrevistas ficam claras conexões centrais no discurso dos entrevistados pois termos como “parlamentar”, “frente” e “profissional” aparecem de forma recorrente no mesmo contexto, evidenciando a centralidade da atuação conjunta.



Nuvem de palavras - Caso 01 Frente Parlamentar do Empreendedorismo



Nuvem de palavras - Caso 02 Frente Parlamentar da Agropecuária

Nesse sentido, Pablo Cesário, presidente executivo da ABRASCA e diretor na Frente Parlamentar do Empreendedorismo foi categórico ao afirmar:

Não, é absolutamente formal e transparente. Na maior parte delas não consigo ver nenhuma que seja informal. Veja, há uma formalidade na existência das frentes. Existe um estatuto regulado nas câmaras. O estatuto indica, quando é o caso, que existe um instituto de apoio. Esses institutos de apoio são formais, têm CNPJ, são outras organizações. [...] Então, não vejo nenhuma informalidade nessa sombra, que me parece absolutamente formal, inclusive (PABLO CESÁRIO, 2025).

Na mesma linha, Geraldo Melo Filho, diretor do Instituto Pensar Agro e coordenador da FPA, também considera o processo formalizado: “Então, eu não sei exatamente o que você considera informal, mas para mim é um processo bastante formalizado [...] é uma estrutura reconhecida pela Casa e que segue determinados procedimentos.”. Um dos argumentos centrais utilizados para a defesa da formalidade das frentes parlamentares, é a previsão dessas no RICD citada anteriormente. Além de institucionalizar as frentes, registrando-as perante a mesa da

Câmara, o documento estabelece diretrizes para o funcionamento desse mecanismo. O ato define as frentes como “a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da legislação federal sobre determinado setor da sociedade” e estabelece como requisitos para sua criação: um requerimento que demonstre o apoio de ao menos um terço dos parlamentares do congresso nacional, aponte um deles como responsável pela frente e um estatuto. Ademais, estabelece também que as frentes têm o direito de solicitar o uso de espaços físicos da Câmara e terem suas ações divulgadas pelos canais de transmissão oficiais dessa, porém tais ações não devem atrapalhar o bom funcionamento da casa e nem resultar em gastos públicos com contratação de pessoal e passagens aéreas. Márcio Maciel também discorda da definição de informalidade: “Muito pelo contrário de ser algo informal. Basta verificar as resoluções da Câmara que regulamentam as frentes parlamentares: elas preveem a possibilidade de participação da iniciativa privada na organização de eventos, por exemplo. Isso formaliza a atuação.”. Por fim, João Henrique Hummel também afirma categoricamente que as frentes não são mecanismos informais e explica seu ponto de vista da seguinte forma:

Eu não acho que seja tão informal assim, eu acho que é formalizado. A partir do momento que eu tenho uma frente que está ligada ao congresso, eu tenho um instituto, está certo? Que é uma pessoa, uma personalidade jurídica, sem fins lucrativos. E que eu tenha as pessoas que participam desse instituto para o debate. (JOÃO HENRIQUE HUMMEL, 2025)

A questão da criação de entidades externas sem fins lucrativos, os chamados “institutos” suscita questionamentos em outra esfera: a privatização de espaços deliberativos, dado que as reuniões não são abertas a todos, porém são amplamente divulgadas na mídia. O tema foi abordado pelo entrevistado Pablo Cesário, que apesar de trazer o questionamento, diz que as frentes não são um espaço público e sim um espaço coletivo e que a resposta para tal ponto é o fato de que não há evidências de que as frentes provoquem uma redução dos debates no próprio ambiente legislativo como audiências públicas, na verdade essas costumam organizar seminários e outros no Congresso Nacional. O deputado Joaquim Passarinho, presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, adotou posição similar, reforçando a abertura das atividades: “Constante, muito importante. [...] Sempre de maneira lícita, aberta, clara, pública, não tem reuniões fechadas escondidas, não existe isso”. Esses relatos demonstram que, do ponto de vista dos atores entrevistados, a institucionalização conferida pelo Ato da Mesa nº 69/2005 e a

profissionalização das frentes por meio de institutos de apoio afastariam a ideia de que a atuação conjunta se dá de forma informal. Ainda assim, permanece a tensão conceitual identificada na literatura: mesmo que formalizadas e regulamentadas, as frentes desempenham funções políticas semelhantes às arenas informais descritas por Helmke e Levitsky (2004), uma vez que operam paralelamente às instâncias formais de deliberação e permitem acesso diferenciado a determinados grupos de interesse.

Autores que se debruçaram sobre o estudo das frentes em si como Coradini (2010) e Carvalho (2022) as considerarem um espaço informal de articulação política pois embora da previsão no regimento da Câmara essas não possuem poder deliberativo e nem contam com uma estrutura organizacional básica como a possibilidade e contratação de profissionais, financiamento, além da falta do reconhecimento constitucional. Ainda que dessa literatura também apontar para a informalidade desse instrumento, é preciso observar que a análise realizada por esses autores se limita ao aspecto normativo, tomando como referência apenas o regimento da Câmara e a Constituição Federal, ou seja, tal abordagem desconsidera práticas extralegais e concretas adotadas pelas frentes parlamentares que na realidade têm garantido a essas estruturas maior capacidade organizacional sendo a principal delas a criação de um instituto. As frentes se profissionalizaram, por meio da criação de um instituto, ou seja, uma ferramenta de estruturação no que diz respeito a personalidade jurídica própria, possibilidade de financiamento para garantir uma ação organizada com contratação de profissionais de relações governamentais, advogados, jornalistas e outros, além de estudos técnicos, infraestrutura física, eventos. Dessa maneira, a criação dos institutos se mostra como uma forma de superar as limitações estabelecidas no documento da Câmara, levando ao questionamento de informalidade devido à ação às margens da definição normativa. Os institutos são elementos observados de forma recorrente nas entrevistas e além de estarem presentes em ambas frentes analisadas, também fazem parte da organização de diversas frentes como aponta o levantamento do Ranking dos Políticos (2024): Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo, ligada ao Movimento Brasil Competitivo; Frente Parlamentar de Comércio e Serviços ligada a União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços; Frente Parlamentar de Portos e Aeroportos ligada ao Instituto Brasileiro de Infraestrutura, Frente Parlamentar do Livre Mercado ligada ao Instituto Livre Mercado; Frente do Cooperativismo ligada a Organização das Cooperativas do Brasil; Frente Mista da Educação ligada ao Observatório de Conhecimento; Frente de Logística e Infraestrutura ligada

ao Instituto Brasil Logística; Frente da Indústria de Máquinas e Equipamentos ligada a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos; Frente da Medicina ligada ao Instituto Brasil de Medicina. O estudo ainda aponta que algumas frentes utilizam consultorias de relações governamentais e institucionais como forma de apoio organizacional, como a Frente do Biodiesel e da Mineração Sustentável e a Action Consultoria. Observa-se que site da Consultoria indicada como secretaria de algumas frentes no levantamento do Ranking dos Políticos (2024) indica como cases de sucesso a “estruturação e desenvolvimento” de sete frentes parlamentares diferentes e da coalizão de frentes parlamentares, apontando inclusive pautas e projetos de lei em que obtiveram resultado esperado em cada uma dessas (Action Relações Governamentais, 2025). Vale ressaltar que as duas frentes analisadas no presente trabalho, a Frente Parlamentar do Empreendedorismo e Frente Parlamentar da Agropecuária estão entre essas e inclusive são duas das três classificadas como de relevância muito alta, entre as quatorze frentes analisadas pelo material, que aponta que são as mais relevantes e estruturadas da 57ª legislatura. O entrevistado João Henrique Hummel é Diretor Executivo da Action Consultoria, o que reforça sua autoridade e expertise no tema de frentes parlamentares. Dessa forma, fica mais uma vez evidente a interação e trabalho conjunto entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais como mecanismo de influência política. Portanto, diante da compreensão do trabalho de articulação política realizado pelos institutos, compostos por diversos setores da sociedade civil, empresas, associações, ongs, profissionais de relações governamentais e sua ligação e apoio às frentes parlamentares, acredito ser de extrema relevância a explicitação da importância desses arranjos institucionais na ampliação da capacidade de mobilização, no fornecimento de subsídios técnicos qualificados e na construção de consensos legislativos, elementos que reforçam a eficácia da atuação conjunta na defesa de pautas setoriais e no avanço de projetos estratégicos no Congresso Nacional.

Em síntese, as evidências indicam que, embora a literatura especializada apresente divergências quanto à classificação das frentes parlamentares como instituições informais, a percepção dos entrevistados converge para o entendimento de que a atuação conjunta entre frentes e profissionais de relações governamentais ocorre dentro de um marco institucional formal, amparado por regulamentação expressa e sustentado por estruturas organizacionais consolidadas, como os institutos de apoio. Essa configuração não elimina, contudo, as funções típicas de articulação política e acesso privilegiado observadas nas instituições informais, o que

sugere uma zona híbrida em que elementos formais e práticas extralegais se combinam para potencializar a capacidade de influência legislativa.

Superada a questão da formalidade ou informalidade das frentes, inicia-se a análise do segundo ponto: todos os atores entrevistados concordaram de forma unânime que há uma atuação conjunta entre as frentes e os profissionais de relações governamentais e que essa tem sim capacidade de influência legislativa. O deputado Joaquim Passarinho afirmou de forma eloquente; “Tem, tem influência porque são esses profissionais que trazem informações, que trazem problemas, que levando problemas, que mostram, às vezes para nós, algo que a gente não está vendo.”. Márcio Maciel não só concorda mas afirma que a atuação conjunta tem muita influência. Por último, o deputado Pedro Lupion reforça a afirmação e a importância dessa atuação:

O trabalho da frente parlamentar tem, sim, influência legislativa. Somos embasados por dados técnicos e pelo conhecimento sobre os problemas que precisamos enfrentar. Esses insumos vêm das entidades que representam os produtores dos mais diversos setores, por meio dos escritórios que as assessoram. Portanto, é um trabalho conjunto, que ajuda muito os parlamentares. É um trabalho importante e, inclusive, precisa ser melhor regulamentado para ser institucionalizado de fato (PEDRO LUPION, 2025).

Além das respostas positivas diretas da pergunta nove do questionário, é possível observar diversos elementos que comprovam tal perspectiva. Primeiro, a totalidade dos seis entrevistados apontaram que existe uma interação entre as partes analisadas e que essa é frequente. Ao ser questionado sobre a periodicidade dessa interação, Márcio Maciel afirmou:

É frequente. Nossa relacionamento consiste em levar informações, entender as pautas da frente e apoiar aquilo que não traga prejuízo ao setor que represento. Semanalmente, estou em contato com parlamentares, participo de reuniões, eventos e encontros, e forneço informações sempre que necessário para os debates públicos (MÁRCIO MACIEL, 2025)

De acordo com eles, essa interação ocorre por canais diversos como: reuniões semanais entre stakeholders, parlamentares, imprensa, assessoria técnica, assessoria parlamentar e outros; grupos de whatsapp; organização de eventos e seminários informativos e com espaço para debates; acompanhamento dos trabalhos legislativos no Congresso Nacional, em audiências públicas, sessões deliberativas, comissões, plenário; reuniões bilaterais entre frente e setores interessados, reuniões organizadas pelos parlamentares para possibilitar que setores levem ao poder público suas preocupações, informações e demandas, como as com a receita federal

citadas pelo deputado Joaquim Passarinho. Abre-se um parênteses para explicar que no contexto das relações institucionais, a obtenção de agendas com autoridades do Poder Executivo apresenta-se como um processo moroso, em razão da alta demanda e da limitação de tempo desses agentes. Nesse cenário, parlamentares frequentemente atuam como ponte de interlocução entre a sociedade civil organizada e o Executivo, utilizando seu prestígio e influência para viabilizar reuniões, acompanhar demandas e representar pleitos. Essa mediação se sustenta, em grande parte, por uma relação de troca como foi apontado durante as entrevistas: ao buscar o apoio de parlamentares, setores organizados oferecem, em contrapartida, informação técnica qualificada, dados e análises de impacto, que enriquecem o debate legislativo e auxiliam o congressista a compreender pautas específicas, sobre as quais não detém conhecimento aprofundado, permitindo que o parlamentar atue como protagonista na formulação ou defesa de políticas públicas bem-sucedidas, que resultam em benefícios concretos não apenas para o setor representado, mas também para a sociedade em geral. Tais resultados reforçam sua legitimidade política, ampliam o reconhecimento público de sua atuação e potencialmente se convertem em capital eleitoral. Trata-se, portanto, de uma via de mão dupla, em que ambos os lados se beneficiam e reforçam mutuamente sua capacidade de atuação. Assim, a articulação conjunta acontece em uma espécie de triangulação, entre os políticos, as frentes parlamentares representadas pelos profissionais dos institutos de apoio e profissionais de relações governamentais, potencializando a efetividade das pautas defendidas.

Em segundo lugar, os entrevistados descrevem que a definição da pauta das frentes parlamentares, é resultado de um processo coletivo que envolve parlamentares, entidades representadas e profissionais de relações governamentais. Em relação a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) Geraldo Melo Filho, diretor executivo do Instituto Pensar Agro, descreve da seguinte forma:

As pautas normalmente são definidas a partir de demandas setoriais. A gente recebe sugestões das entidades que compõem o IPA, analisa tecnicamente, verifica o impacto e, se houver consenso, leva para as comissões temáticas da frente. Nessas comissões, parlamentares e representantes das entidades debatem, ajustam e definem qual vai ser a posição da frente. Não é algo decidido por uma pessoa só; existe um processo coletivo, e os profissionais de relações governamentais têm espaço para apresentar dados, propor ajustes e sugerir temas (GERALDO MELO FILHO, 2025).

Márcio Maciel, presidente executivo do Sindicerv, complementa sobre a mesma frente parlamentar que:

No caso da FPA, a pauta vem muito do que as entidades associadas trazem. A gente participa das reuniões temáticas, leva informações, aponta prioridades. Os parlamentares, junto com o IPA, discutem o que é viável politicamente e o que deve ser priorizado. Então, existe sim espaço para os profissionais de relações governamentais influenciarem a pauta, porque a gente está o tempo todo levando dados e explicando o impacto das propostas (MÁRCIO MACIEL, 2025).

Na mesma linha, Pedro Lupion, presidente da frente aponta que:

A frente define sua pauta com base no que vem das entidades representadas e das demandas do setor. A gente tem reuniões semanais no IPA, onde discutimos o que está na pauta do Congresso e o que precisa entrar. É um processo de construção coletiva, com participação dos profissionais que representam as entidades, que muitas vezes trazem o alerta sobre projetos e temas que não estavam no nosso radar (DEPUTADO FEDERAL PEDRO LUPION, 2025).

Essas falas convergem com a análise coocorrência, que destacou um núcleo formado por “setor”, “pauta” e “discussão”, que traduz a relevância do processo coletivo de definição de agenda. Esse agrupamento reforça a ideia de tal definição não é unilateral, mas sim fruto de um processo coletivo e altamente participativo. A formação de pauta surge como um processo coletivo e altamente participativo, no qual se somam ideias e sugestões advindas advindas dos setores produtivos, das entidades representadas, dos institutos de apoio e dos próprios parlamentares, com a mediação e organização dos profissionais de relações governamentais. Todos esses atores ocupam papel relevante ao fornecer dados técnicos e análises que orientam as decisões parlamentares.

No caso da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), os entrevistados também se mostraram alinhados com essa mesma percepção, de que os profissionais de relações governamentais contribuem para a formação da pauta. Eles destacaram que esses atores participamativamente do processo, trazendo informações técnicas, propostas e análises que orientam a definição dos temas prioritários, como sintetizou Pablo Cesário, presidente executivo da ABRASCA e diretor na FPE:

Esse espaço existe, sim. Profissionais de relações governamentais e representantes setoriais trazem temas, apresentam dados, justificativas, e isso é discutido coletivamente com os parlamentares. A partir daí, constrói-se uma posição que vai para a pauta. Então, não é só receber informação, há espaço para influenciar de forma técnica e legítima (PABLO CESÁRIO, 2025).

O terceiro ponto é que quando questionados a respeito da principal contribuição que os profissionais de relações governamentais levam para as frentes parlamentares, e consequentemente para as autoridades legislativas, a maioria dos entrevistados aponta que são informações técnicas e especializadas, assim como é possível observar na literatura acadêmica também, Gozzeto (2021, p. 118) e Vieira (2024, p. 12) destacam que os profissionais de relações governamentais desempenham papel central no fornecimento de informações técnicas estruturadas e estratégicas aos parlamentares, acrescentando subsídios especializados que qualificam o processo de tomada de decisão. Nessa mesma linha, Souza (2017, p. 59) observa que as frentes parlamentares também atuam como agentes informacionais, compartilhando conhecimento especializado para atingir seus objetivos legislativos. Por fim, Costa e Branco (2020, p. 88) descrevem o chamado lobby informacional, caracterizado pela oferta de dados qualificados e análises técnicas como instrumento de relacionamento e moeda de troca com agentes políticos.

A fala de João Henrique Hummel vai no mesmo sentido, porém além de evidenciar a questão informacional, afirma que a atuação dos profissionais de relações governamentais ultrapassa a simples entrega de informações técnicas, abrangendo também a organização e a padronização da comunicação política: “o profissional de relações governamentais vai nas frentes, leva o material, cria uma sistemática de comunicação para que o parlamentar se sinta confortável e tenha condições básicas de explicar o motivo do voto deles.”. Ao fornecer material estruturado e criar fluxos de comunicação eficazes, esses profissionais garantem que o parlamentar disponha não apenas do conhecimento necessário para sustentar seu posicionamento, mas também das condições adequadas para apresentá-lo de forma clara, fundamentada e coerente perante diferentes públicos. Na mesma linha, Pablo Cesário reforça que o principal recurso mobilizado na relação entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais é justamente a informação qualificada. Segundo ele, é por meio desses insumos técnicos e organizados que o parlamentar se prepara para compreender pautas complexas e fundamentar publicamente suas decisões, ampliando a efetividade de sua atuação. Pedro Lupion, presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, reforça a percepção:

O trabalho da frente parlamentar tem influência legislativa, sim, porque quem nos embasa de dados técnicos e dos problemas que a gente precisa enfrentar são cada uma das entidades que representam os produtores dos mais diversos setores, que são representados por esses escritórios. [...] É um trabalho conjunto importante. (PEDRO LUPION, 2025).

Márcio Maciel, presidente executivo do Sindicerv, segue a mesma linha e aponta que a principal contribuição de tais profissionais é “informação, construção de agenda, ajudar a definir as prioridades, mas muito baseado em informação e dados técnicos que subsidiem a atuação parlamentar.”. A fala de Geraldo Melo Filho, diretor do Instituto Pensar Agro, ainda destaca que a contribuição é informacional e que sua consequência é o auxílio na articulação política:

O principal é informação qualificada sobre as pautas, sobre o setor, sobre o impacto das propostas. Isso ajuda o parlamentar a tomar decisão com base técnica, e não só política. Além disso, ajudam a articular atores, a juntar diferentes visões, a organizar reuniões e a manter o fluxo de comunicação constante entre a frente e os setores representados (GERALDO MELO FILHO, 2025).

Em síntese, as evidências apontam que, apesar da divergência presente na literatura sobre a classificação das frentes parlamentares como instituições informais, a percepção dos entrevistados converge para o entendimento de que sua atuação se dá de forma formalizada e amparada por regulamentação expressa, com suporte de estruturas organizacionais como os institutos de apoio. Nesse arranjo, a interação com profissionais de relações governamentais se mostra frequente, estruturada e estratégica, tendo como eixo central o fornecimento de informações técnicas qualificadas e a articulação política, o que fortalece a capacidade de influência legislativa e potencializa os resultados alcançados de forma conjunta no Congresso Nacional. O papel informacional também se destaca na análise de coocorrência, na qual a palavra “profissional” aparece fortemente associada a “governamental”, “relação” e “informação”, confirmando que a entrega de subsídios técnicos qualificados é o eixo da contribuição desses atores para o processo legislativo.

3.2- Frentes como espaços estratégicos de articulação e representação de interesses - Teste de H2

A hipótese que a interação com os profissionais de relações governamentais indica que as frentes parlamentares funcionam como espaços estratégicos de articulação e representação de interesses é fortemente confirmada pelas entrevistas. A confirmação é possível através das indicações das principais funções das frentes e também dos relatos de casos de sucesso de atuação dessas.

Em relação a função das frentes parlamentares, o conjunto das entrevistas a definem como um espaço estruturado para o diálogo e troca de informações entre parlamentares e setores organizados da sociedade. Geraldo Melo Filho descreve a FPA como ponto de convergência política e fonte qualificada de informação: “As frentes terminam sendo base qualificada de informações que influenciam a construção do entendimento e dos posicionamentos dos parlamentares, a partir do momento em que elas, com o tempo e o trabalho, se habilitam para ser de fato uma fonte confiável.”. Pablo Cesário tem percepção semelhante e destaca que a frente cumpre o papel de promover o diálogo formalizado com atores externos, permitindo um fluxo de informações e o alinhamento de posicionamentos estratégicos sobre pautas legislativas. João Henrique Hummel, acompanha as afirmações dos demais e caracteriza a frente como uma ferramenta de trabalho das relações institucionais, destinada a aprofundar o debate sobre temas específicos, melhorar o posicionamento dos parlamentares e capacitá-los para explicar ao eleitorado as razões de suas decisões. O deputado Joaquim Passarinho, presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, também destaca o papel central da informação nesse processo:

A frente serve muito para isso, para que a gente possa trazer a informação correta, ouvir todos os lados e, a partir daí, formar um posicionamento. Muitas vezes, se não tiver esse suporte técnico, a gente acaba decidindo no escuro (JOAQUIM PASSARINHO, 2025).

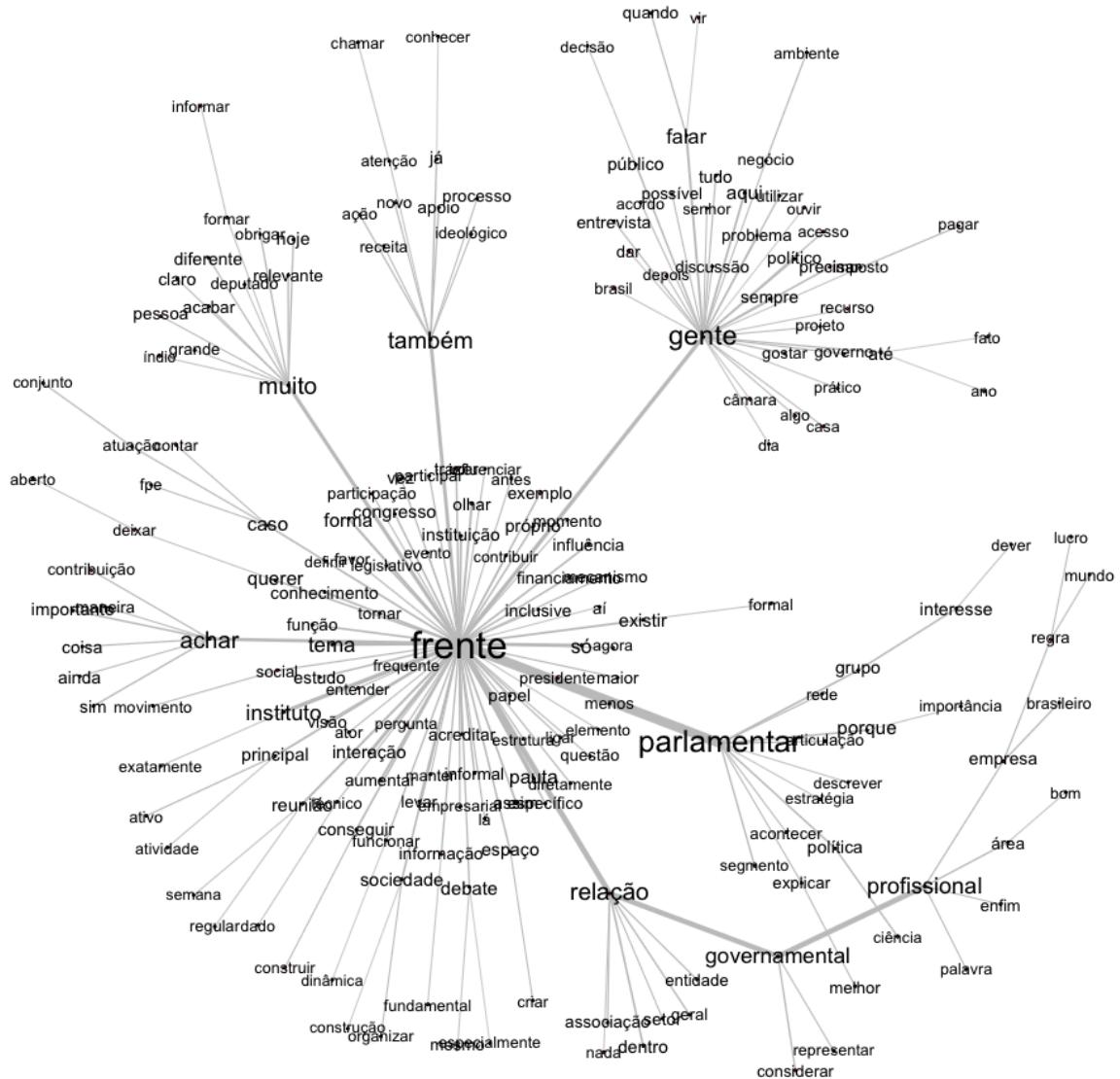
Márcio reforça essa dimensão representativa, afirmando que:

O papel delas é representar setores da sociedade que não têm como se fazer ouvir diretamente no Congresso Nacional, como a indústria. Elas podem compreender as demandas desses setores e, de forma organizada e coordenada, ajudar na construção de políticas públicas para torná-los mais eficientes e entregar melhores serviços para a população (MÁRCIO MACIEL, 2025).

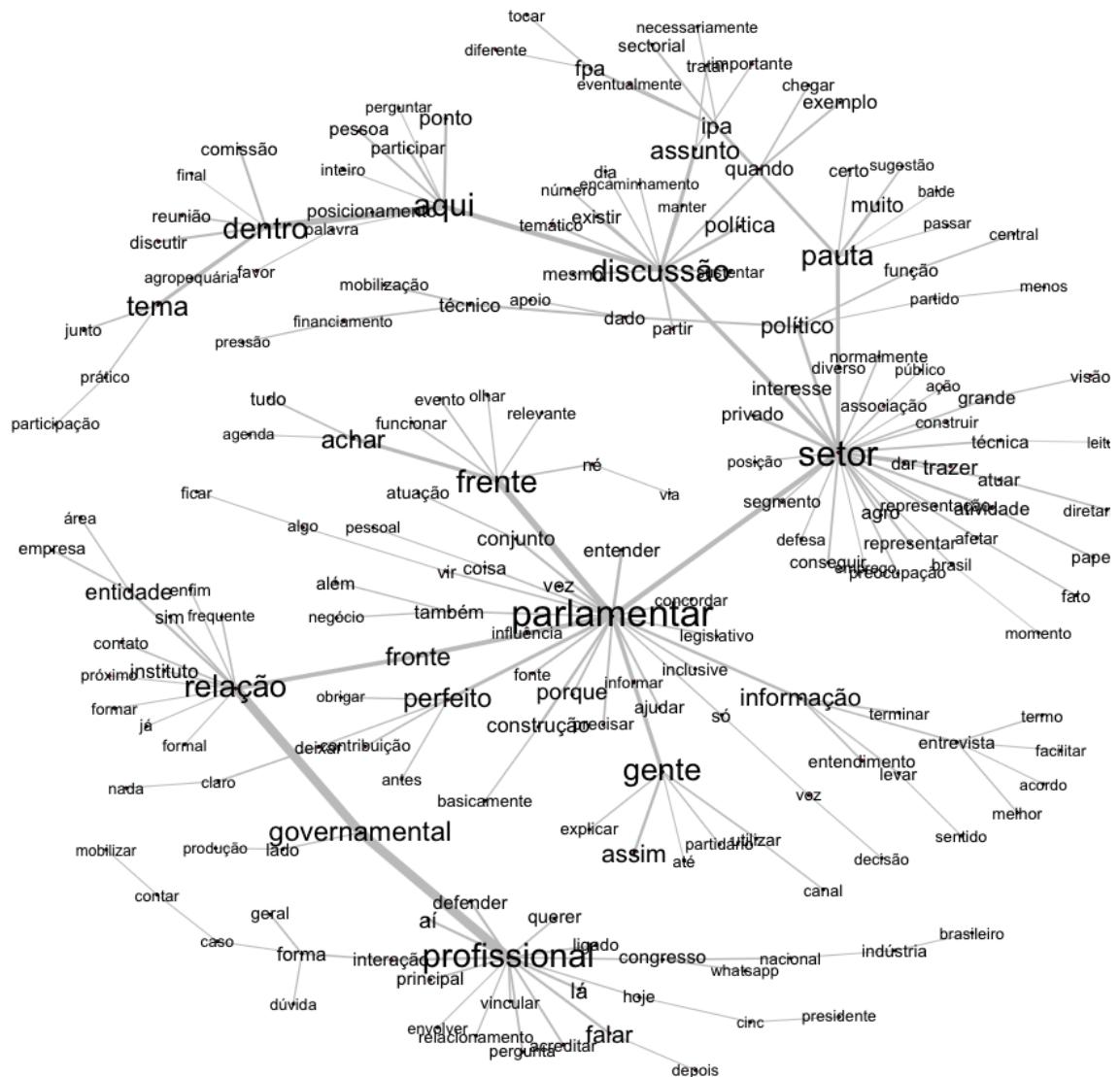
Pedro Lupion segue por uma definição mais objetiva e estrutural, descrevendo as frentes como agrupamentos temáticos de parlamentares voltados à discussão e à construção de pautas específicas relacionadas a setores determinados.

Na atuação conjunta entre os atores analisados, consolida-se uma divisão funcional em que os profissionais de relações governamentais fornecem informação técnica de alta qualidade, organizada e contextualizada, enquanto às frentes parlamentares compete conferir legitimidade política e institucional a essas demandas, articulando-as no ambiente legislativo e ampliando sua capacidade de alcançar resultados concretos. A análise de coocorrência reforça essa percepção ao

mostrar que “informação” se conecta diretamente a “decisão” e “apoio”, indicando que a entrega de subsídios técnicos não apenas orienta o posicionamento parlamentar, mas também legitima politicamente as demandas.



Análise de similitude - Caso 01 Frente Parlamentar do Empreendedorismo



Análise de similitude - Caso 02 Frente Parlamentar da Agropecuária

A espessura das linhas no grafo evidencia a intensidade dessas associações, refletindo a prática constante de articulação entre técnica e política. Assim, o mapeamento visual das palavras confirma a existência dessa divisão funcional, ainda que flexível, na qual a informação qualificada e a articulação política se combinam em um ciclo contínuo de troca e reforço mútuo, potencializando a capacidade de influência legislativa.

Essa prática confirma a literatura que descreve o chamado “lobby informacional” (Costa e Branco, 2020), no qual a entrega de subsídios qualificados constitui a principal moeda de troca na relação com agentes políticos.

No tocante aos casos práticos abordados nas entrevistas, é possível analisar o PL 3817/2024, que prorrogou o TBU e que contou com atuação da FPE e também da Medida Provisória 1.117/22 permite à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) atualizar os valores mínimos do frete rodoviário de cargas em determinados casos e o PL 907/2022 exige que rótulos de alimentos indiquem se contêm ou não glúten, que contou com atuação da FPA. No caso ligado a FPE, os três entrevistados apresentaram visões convergentes ao reconhecer que a mobilização da frente parlamentar foi decisiva para articular o setor privado e o poder público na construção de uma solução. Já nos casos ligados a FPA somente Márcio Maciel abordou os temas, devido a falta de alinhamento na pergunta número dez ao longo da realização das entrevistas.

A análise do caso da FPE mostra que todos os entrevistados apresentaram visões convergentes ao reconhecer que a mobilização da frente parlamentar foi decisiva para articular o setor privado e o poder público na construção de uma solução. Pablo Cesário, presidente executivo da ABRASCA e diretor na frente, relatou:

Sim, foi uma atuação conjunta. O PL era relevante para o setor e envolvia pontos que precisavam de ajustes. A frente parlamentar articulou politicamente, abriu portas no Congresso e junto ao governo, enquanto nós, como profissionais de relações governamentais, levamos as informações técnicas, as justificativas e ajudamos a construir um texto que fosse viável politicamente e atendesse aos interesses do setor. Também mobilizamos as entidades associadas para reforçar o posicionamento e garantir apoio parlamentar (PABLO CESÁRIO, 2025).

A fala evidencia um trabalho complementar entre a frente parlamentar e o profissional de relações governamentais: enquanto este fornece insumos técnicos e análises que subsidiam a formulação da proposta, a frente chancela o posicionamento, conferindo legitimidade política por representar um setor organizado e já reconhecido entre os parlamentares.

Em relação ao caso da FPA, o presidente do Sindicerv, relatou de forma enfática a importância das frentes para a articulação política e sucesso em tais casos:

E a frente parlamentar foi muito importante para a gente conseguir avançar nessas pautas, porque deu visibilidade, abriu canal com parlamentares e com o governo, e ajudou a construir consensos que isoladamente talvez a gente não conseguisse (MÁRCIO MACIEL, 2025).

Márcio também citou a atuação da FPA durante a tramitação da Medida Provisória que tratou do tabelamento do frete, destacando que a frente foi essencial para aproximar o setor privado das instâncias decisórias e mediar negociações entre os diferentes atores envolvidos.

Segundo ele, a articulação coordenada pela FPA possibilitou a construção de uma solução negociada, evitando prejuízos mais amplos ao setor e garantindo que as demandas das entidades fossem consideradas no texto final.

Segundo ele, na atuação do PL 907/2022, quando era diretor da área de relações governamentais da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos, a atuação conjunta com a FPA possibilitou acesso rápido aos parlamentares e que também foi por meio dessa que já haviam estabelecido um relacionamento prévio com tais atores políticos, o que permitiu resolver a questão de maneira ágil, inclusive utilizando o WhatsApp como canal direto de comunicação. Essa combinação de vínculo estabelecido e ferramenta de contato instantâneo encurtou o trâmite e viabilizou a solução sem a necessidade de percorrer fluxos burocráticos mais longos. Márcio ainda relata que via associação os parlamentares não queriam nem mesmo discutir a pauta por a considerarem sensível ao público celíaco, porém que uma vez que a FPA entrou no circuito de debates e articulação política, os próprios parlamentares passaram a dar mais atenção ao tema e até mesmo chamaram os setores interessados para coletarem informações e negociarem a elaboração de um texto de consenso. A situação descrita evidencia o papel estratégico da frente como catalisadora de diálogo e construção de consensos, capaz de reverter resistências iniciais e criar um ambiente político mais receptivo às demandas setoriais e à representação de interesses, reforçando a ideia defendida por João Henrique Hummel, de que a frente é uma ferramenta utilizada pelos profissionais de relações governamentais para aprofundar o debate e realizar articulações políticas de forma mais eficaz.

A atuação em casos concretos, como o PL 3817/2024, a Medida Provisória do tabelamento do frete e o PL 907/2022, demonstra que a articulação conjunta pode acelerar processos legislativos, superar resistências políticas e viabilizar soluções negociadas, potencializando a influência sobre a formulação de políticas públicas.

3.3- Discussão de resultados e achados

A análise dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas, combinada às representações gráficas geradas pelas análises de similitude e nuvem de palavras, confirma e aprofunda os achados apresentados anteriormente. Nesse sentido, a hipótese 01 é parcialmente confirmada, uma vez que, embora exista consenso entre os entrevistados quanto à existência de cooperação ativa entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais, há divergência

sobre a caracterização dessa interação como mecanismo informal de influência legislativa. A percepção predominante é de que tais interações se desenvolvem dentro de um arcabouço formal, respaldado pelo Ato da Mesa nº 69/2005 e pelo regimento interno da Câmara dos Deputados, o que lhes confere legitimidade jurídico-institucional. Essa leitura aproxima-se das concepções de instituições formais, conforme discutido por Helmke e Levitsky (2004) e Lauth (2012), ainda que, na prática, as frentes também desempenhem funções típicas de arenas informais de articulação política, operando paralelamente aos canais institucionais de deliberação. As análises de similitude e coocorrência revelam que, mesmo dentro desse arranjo estruturado, persiste uma dimensão de informalidade que não pode ser desconsiderada. A recorrência de termos como “conversa”, “apoio” e “articulação” indica que parte relevante da atuação das frentes ocorre fora dos espaços formais de deliberação, em ambientes mais fluidos, como encontros setoriais, almoços promovidos pelas próprias frentes, seminários temáticos e eventos organizados em parceria com entidades representadas. Esses espaços ampliam a circulação de informações e a formação de consensos, funcionando como arenas paralelas de construção política. Dessa forma, os achados indicam que, mesmo formalmente enquadradas, as frentes parlamentares funcionam como arenas híbridas, combinando elementos de institucionalidade e de flexibilidade política. Essa configuração lhes permite responder com agilidade às demandas dos grupos de interesse e, simultaneamente, preservar a legitimidade jurídica e a aparência de neutralidade.

As entrevistas também reforçam que a atuação conjunta entre frentes e profissionais de relações governamentais se caracteriza como um processo contínuo e estruturado, sustentado por múltiplos canais de comunicação, como reuniões semanais, grupos de mensagens instantâneas, eventos setoriais e articulações parlamentares. Essa dinâmica vai além do simples compartilhamento de informações: envolve a construção de agendas, a mediação de conflitos, a mobilização de entidades e a legitimação política das demandas. A constância desse processo é apoiada pela atuação dos institutos de apoio, que oferecem estrutura organizacional, recursos técnicos e capacidade de articulação, viabilizando a manutenção dessa agenda contínua e fortalecendo a efetividade das ações conjuntas. Evidencia-se aqui a segunda hipótese desta discussão, já que essas estruturas são mobilizadas ativamente pelos profissionais de relações governamentais como ferramentas centrais para organizar interesses, dar continuidade às pautas e ampliar sua capacidade de influência.

Conclusão

Os resultados obtidos permitem afirmar que a hipótese de que a atuação conjunta entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais constitui um mecanismo eficaz de influência legislativa foi confirmada, ainda que a sua caracterização como “informal” tenha sido apenas parcialmente sustentada pelos entrevistados. As falas revelam que, do ponto de vista dos atores envolvidos, essa cooperação entre ambos se mostra constante, estratégica e mutuamente benéfica. Essa cooperação é estruturada em torno do fornecimento e uso de informação qualificada, da construção de agendas e da articulação política para defesa de interesses setoriais e coletivos. A interação entre as partes se desenvolve majoritariamente dentro de um arcabouço formal, respaldado por dispositivos regimentais e pelo Ato da Mesa nº 69/2005, o que lhes confere legitimidade jurídico-institucional. Por outro lado, as frentes desempenham funções similares às arenas informais descritas na literatura, operando paralelamente aos canais oficiais e garantindo acesso a grupos de interesse organizados, característica que reforça seu papel como arenas híbridas capazes de transitar entre formalidade e flexibilidade política.

Nesse contexto, quanto à função dos profissionais de relações governamentais, a pesquisa confirma que sua contribuição central é informacional. São eles os responsáveis por traduzir demandas setoriais em dados técnicos qualificados, análises de impacto e argumentos estruturados, tornando possível ao parlamentar compreender e sustentar pautas complexas no debate legislativo. Além do papel de prover conteúdo, esses profissionais também atuam na organização e padronização da comunicação política, criando fluxos eficientes de informação e garantindo que o posicionamento dos parlamentares seja não apenas tecnicamente consistente, mas também comprehensível perante diferentes públicos.

De forma complementar, quanto à função das frentes parlamentares, os entrevistados as definem como espaços estruturados de articulação política e diálogo setorial, voltados à construção de consensos e ao encaminhamento estratégico de demandas no Congresso Nacional. Elas reúnem parlamentares, entidades e especialistas em torno de pautas específicas, atuando como canais legítimos de representação e como instâncias de debate que combinam conteúdo técnico e posicionamento político. Casos como o PL 3817/2024, a Medida Provisória do tabelamento do frete e o PL 907/2022 foram citados pelos entrevistados como exemplos

concretos da relevância dessas estruturas articulando o setor privado e o poder público, acelerando processos legislativos e viabilizando soluções negociadas.

Sob essa perspectiva, Pablo Cesário propõe uma classificação das frentes parlamentares em diferentes níveis de complexidade. No modelo mais básico, predominante em mais de 80% delas, não há institutos de apoio e sua função se limita a articular parlamentares interessados em uma mesma pauta e a sinalizar preferências ideológicas ou apoio a causas. Em um nível intermediário, atuam como ponte de articulação entre sociedade civil e agentes estatais, já demandando a estrutura de um instituto. No nível mais sofisticado, presente em frentes mais estruturadas, os institutos geram recursos essenciais ao processo político, como visibilidade para mandatos, elaboração de propostas e produção de conhecimento, podendo ainda, em alguns casos, ampliar a conexão com eleitores e até influenciar no financiamento eleitoral.

No mesmo sentido, destaca-se a questão da profissionalização das frentes parlamentares, por meio da criação de institutos de apoio. Essas estruturas, formadas por representantes de setores produtivos, associações e empresas, viabilizam a contratação de equipes especializadas, a realização de estudos técnicos, a organização de eventos e a manutenção de uma agenda contínua de articulação política. Ao reunir legitimidade política, expertise técnica e capacidade de articulação, a interação entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais, os institutos ampliam significativamente a eficácia das frentes, funcionando como pontes estruturadas entre o setor privado e o Parlamento e permitindo uma atuação mais estratégica e previsível.

Em última análise, verificou-se convergência unânime nas respostas sobre a frequência da interação entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais e sobre a influência dessa relação no processo legislativo. Essa interação é sustentada por múltiplos canais, combinando reuniões presenciais, eventos, contatos informais no Congresso e comunicação instantânea, tendo a informação técnica qualificada como principal recurso mobilizado. Para os participantes, a atuação conjunta potencializa a efetividade das pautas, Esse trabalho fornece embasamento sólido às decisões parlamentares e favorece a construção de consensos, ampliando a capacidade de influência legislativa no ambiente parlamentar.

Assim, esta pesquisa respondeu à pergunta central ao evidenciar que a cooperação entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais constitui um arranjo eficaz de influência legislativa, ainda que tais mecanismos sejam marcados pela coexistência de elementos

formais e informais. Os objetivos foram atendidos por meio da sistematização de evidências e da análise de casos concretos, que permitiram identificar padrões de interação e confirmar sua relevância do trabalho conjunto desses atores para a representação de interesses no Congresso Nacional. A contribuição do trabalho reside justamente na análise integrada de dois atores geralmente analisados de forma isolada, ampliando a compreensão das arenas informais de poder no Legislativo brasileiro. Por fim, permanecem em aberto aspectos que podem orientar novas pesquisas, como a comparação entre as diferentes classificações de frentes, um aprofundamento sobre a profissionalização dessas e o funcionamento dos institutos e as implicações éticas da participação privada na estruturação desses espaços.

Referências

ACTION RELAÇÕES GOVERNAMENTAIS. *Cases*. 2025. Disponível em: <https://actionrelgov.com.br/cases/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

AGUIAR, Osmar de Oliveira. As regras informais e o processo decisório na Câmara dos Deputados. 2015. 115 f. Dissertação (Mestrado em Poder Legislativo) – Cefor, **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2015. Link:

https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/26790/regras_informais_camara.pdf

AGUIAR, Osmar de Oliveira. O processo decisório no Congresso Nacional: percepção da interação entre regras formais e informais por meio de estudos de caso. In: **CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 8., 2015, Lima. Anais [...]. Lima: Associação Latino-Americana de Ciência Política – ALACIP, 2015. Disponível em: <https://alacip.org/cong15/ipc-aguiar8c.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de; SILVA, Rafael Silveira e. Frentes e bancadas parlamentares: uma proposta teórico-metodológica e de agenda de pesquisa. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA – ABCP, 10., 2016, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte: ABCP, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/305979505>. Acesso em: 1 maio 2025.

BAUMGARTNER, Frank R.; LEECH, Beth L. **Basic interests: the importance of groups in politics and in political science**. Princeton: Princeton University Press, 1998. Disponível em: file:///C:/Users/marce/Downloads/basic-interests-the-importance-of-groups-in-politics-and-in-political-science-course-booknbsped-9781400822485_compress.pdf

Acesso em: 27 de abril de 2025.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/191348/BOBBIO_Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica.pdf. Acesso em 27 de abril de 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ato da Mesa nº 69, de 10 de novembro de 2005. Diário da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 10 nov. 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/int/atomes/2005/atodamesa-69-10-novembro-2005-539350-publicacaooriginal-37793-cd-mesa.html>. Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 04 de abril de 2025.

CARVALHO, J. Revisão da bibliografia sobre bancadas temáticas e frentes parlamentares no Brasil (2011—2021). **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S.l.], v.1,n.97,p.1–16,2022. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/562>. Acesso em: 01 de maio de 2025.

CASCIONE, Silvio; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Obstáculos para protagonismo das frentes parlamentares em coalizões presidenciais no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 72, p. e005, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/HTxwRphyFSXCXSSNp54bHTh/?lang=pt>. Acesso em 29 e julho de 2024.

CESÁRIO, Pablo Silva. Redes de influência no Congresso Nacional: como se articulam os principais grupos de interesse. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, n. 59, p. 109-127, set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/ndKHycHvXpq6GGQBxvwRJh/>. Acesso em: 08 de abril de 2025.

CLUVERIUS, John. Grassroots Lobbying and Issue Salience: The Flattened Cost of Signals. Working Paper. Department of Political Science, UNC-Chapel Hill. 2014. Disponível em: https://aprg.web.unc.edu/wp-content/uploads/sites/1560/2011/08/Cluverius_Grassroots_Lobbying.pdf. Acesso em 02 de maio de 2025.

CORADINI, Odaci Luiz. POLITIZAÇÃO DE INTERESSES ATRAVÉS DE FRENTE PARLAMENTARES. **Revista TOMO**, [S. l.], n. 13, p. 75–92, 2008. DOI: 10.21669/tomo.v0i13.468. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/tomo/article/view/468> Acesso em: 30 jul. 2024.

CORADINI, Odaci Luiz. Frentes parlamentares, representação de interesses e alinhamentos políticos. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 241-256, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/ZPS7CN98WcttYm66b9VdLFy/>. Acesso em 29 de julho de 2024.

FARHAT, Said. **Lobby: o que é, como se faz, ética e transparência**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. Livro não está disponível online.

FERREIRA JÚNIOR, Nivaldo Adão. Instituições informais, consolidação e mudanças institucionais: estado da arte e agenda de pesquisa para o parlamento brasileiro. In: **CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 8., 2015, Lima. Anais [...]. Lima: Associação Latino-Americana de Ciência Política – ALACIP, 2015. Disponível em: <https://alacip.org/cong15/ipc-ferreira28c.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

FERREIRA JÚNIOR, N. A. Processo Legislativo e Lobby: estudo da percepção institucional dos agentes de Lobby pela Câmara dos Deputados e graus de colaboratividade. **Anais do 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/download/49161649/Nivaldo_Ferreira_Looby_ABCP2016.pdf. Acesso em 18 de maio de 2025.

GRACIANO, M. C.; SANTOS, L. de L.; ALMEIDA, L. M. de M. C. Lobby, neoinstitucionalismo e o processo decisório brasileiro. **Revista Brasileira Multidisciplinar**, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 81-91, 2019. DOI: 10.25061/2527-2675/ReBraM/2019.v22i3.887. Disponível em: <https://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/887>. Acesso em: 29 de abril de 2025.

GOZETTO, Andréa. Entrevista. In: MORAES, Karoline R.; ZANINI, Leonardo V. S. Lobby, burocracia e políticas públicas: uma entrevista com Andréa Gozetto. **Teoria & Pesquisa**, v. 30, n. 2, p. 105–126, 2021. Disponível em: <https://www.teoriaepesquisa.ufscar.br/index.php/tp/article/view/918/510>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

HELMKE, Gretchen; LEVITSKY, Steven. Informal institutions and comparative politics: a research agenda. **Perspectives on Politics**, v. 2, n. 4, p. 725-740, 2004. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/informal-institutions-and-comparative-politics-a-research-agenda/11A6AA9DCAF579F5B72DA250728AA513>. Acesso em 29 de abril de 2025.

MANCUSO, Wagner Pralon; GOZETTO, Andréa Cristina Oliveira. Lobby: instrumento democrático de representação de interesses? *Organicomm*, São Paulo, ano 8, n. 14, p. 119-128, 1º semestre de 2011. Disponível em: file:///C:/Users/marce/Downloads/sandi,+dossi%C3%AA+texto+4_1.pdf. Acesso em: 5 maio 2025.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. *Breve histórico sobre o desenvolvimento do lobbying no Brasil*. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 42, n. 168, p. 29-44, out./dez. 2005. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/institucionais/publicacoes/revista-de-informacao-legislativa>. Acesso em: 17 de maio de 2025

OLIVEIRA, A. C. J. O lobbying institucional no Brasil: canal de comunicação entre Estado e sociedade civil? **Revista de Administração Pública**, v. 49, n. 4, p. 889-913, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747515007.pdf>. Acesso em: 04 de abril de 2025.

OLIVEIRA, Giordano Bruno. Entre o interesse e a justiça: a valorização do lobby na dinâmica legislativa brasileira. **Revista Fórum Trabalhista**, v. 4, n. 1, p. 15–35, 2018. Disponível em: <https://revistafpt.com.br/entre-o-interesse-e-a-justica-a-valorizacao-do-lobby-na-dinamica-legislativa-brasileira/>. Acesso em: 02 de maio de 2025.

RANKING DOS POLÍTICOS. As frentes parlamentares mais relevantes do Congresso Nacional na 57ª Legislatura (2023 a 2027). Brasília: **Ranking dos Políticos**, 2024. Disponível em: <https://www.politicos.org.br/>. Acesso em: 9 ago. 2025.

REY, Beatriz. Processo legislativo: transparência parlamentar e devido processo legislativo. In: **Democracia e Políticas Públicas Anticorrupção**. Fundação Konrad Adenauer e Transparência Internacional Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/265553/0/Livro+Democracia+e+Politicas+Publicas+Anticorruptao+%281%29.pdf>. Acesso em 26 de abril de 2025.

RIBEIRO, Lucas Henrique; BORGES, Bárbara Salatiel; BOARIN, Paula; RESENDE, Ciro Antônio da Silva. A influência dos grupos de interesse na política: apontamentos a partir da literatura. Agenda Política. **Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal**

de São Carlos, São Carlos, v. 9, n. 1, p. 158-185, jan.-abr. 2021. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/589>.

ROCHA, Aldenir B (2015). Lobby no Congresso Nacional: a atuação de assessorias de relações governamentais em situação de completa desregulamentação. Artigo produzido para apresentação no **VIII encontro da Associação Latino Americana de Ciência Política**, Lima, Peru, 2015. Disponível em: <https://alacip.org/cong15/ipc-rocha8c.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2025.

SANTOS, Manoel Leonardo. Representação de interesses na arena legislativa: Os grupos de pressão na Câmara dos Deputados (1983-2012). Texto para Discussão, n. 1975. Brasília: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 2014. Disponível em: <https://www.econstor.eu/bitstream/10419/121588/1/797215298.pdf>. Acesso em 25 de abril de 2025.

SELIGMAN, Milton; MELLO, Fernando (Org.). **Lobby desvendado: democracia, políticas públicas e corrupção no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Record, 2018. Livro não está disponível online.

SILVEIRA, Rafael; ARAÚJO, Suely Mara Vaz Guimarães de. Representações políticas alternativas no Congresso Nacional: uma proposta conceitual para compreender as frentes parlamentares. **Direito Público**, v. 16, n. 88, 2019. Livro não está disponível online.

SOUZA, Felipe Brasiliense de; BRAGA, Ricardo de João. Lobbying no Brasil: profissionalização, estratégias e influência. *Texto para Discussão (IPEA)*, n. 2.334, 2018. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8060/1/td_2334.pdf. Acesso em 03 de abril de 2025.

SOUZA, Gustavo José Carvalho de. (2017), A institucionalização das frentes parlamentares e a especialização da atividade legislativa na Câmara dos Deputados. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/16888/1/2017_GustavoJoseCarvalhoDeSousa_tcc.pdf. Acesso em 03 de maio de 2025.

VIEIRA, Margareth Bonifácio. *O estigma da prática do lobby*. São Paulo: FGV, 2024. Artigo acadêmico (Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas) – EAESP/FGV. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/b90d4d45-b003-4a2d-8d1d-bef73db33da4/content>. Acesso em 01 de maio de 2025.

Bibliografia da Justificativa Metodológica

CASTRO, Elaine de; OLIVEIRA, Ulisses Tadeu Vaz de. *A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual*. **Entretextos**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 25-45, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/download/46089/48619/250060>. Acesso em 01 de junho de 2025.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. Disponível em: https://www.academia.edu/42333756/O_planejamento_da_pesquisa_qualitativa_teorias_e_abordagens. Acesso em: 02 de junho 2025.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MANZINI, Eduardo José. *Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros*. Marília: UNESP, 2004. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf. Acesso em 01 de junho de 2025.

SAMPAIO, Rafael; LYCARIÃO, Diógenes. *Manual de introdução às técnicas de pesquisa em Ciência Política*. Brasília: ENAP, 2022. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 2 de junho de 2025.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO ENTREVISTAS

- **Representante da Frente Parlamentar e Profissional de Relações Governamentais:**

Bloco Inicial

Olá, meu nome é Marcela Barros, sou estudante de Ciência Política na Universidade de Brasília e estou desenvolvendo um trabalho de conclusão de curso sobre a interação entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais como mecanismos informais de influência legislativa no Congresso Nacional. Essa entrevista faz parte da etapa de coleta de dados da pesquisa, e sua participação é fundamental para compreender melhor as práticas políticas relacionadas ao tema. As informações compartilhadas aqui serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e serão citadas de forma identificada. Se estiver de acordo, podemos iniciar depois do preenchimento do termo de consentimento. Se desejar, posso enviá-lo formalmente também. Gostaria de explicitar que irei gravar a entrevista, para facilitar a sistematização e análise de informações.

- 1- Você pode me dizer, por favor, qual cargo você ocupa, em qual área e entidade?
- 2- Descreva para mim, em poucas palavras, sua principal atividade profissional?
- 3- Na sua visão, qual é a função central das frentes parlamentares? Explique porque.
(informar; influenciar decisões públicas; simbolizar preferências ideológicas ou formar coalizões)
- 4- Como é sua relação com profissionais de relação governamental / frentes parlamentares? Essa interação é ou pontual?
- 5- Quais canais são utilizados nessa relação? Qual o principal deles?
(reunião formal; contato online via e-mail ou whatsapp; encontros presenciais no Congresso; eventos ou outros)

Bloco Desenvolvimento

- 6- (FRENTE) Como a frente parlamentar define sua pauta? E qual é o espaço que profissionais externos de relações governamentais têm para sugerir ou influenciar esses temas?
- 6- (RELGOV) Você contribui para a definição das pautas da frente?

7- Qual o tipo de contribuição que os profissionais de relações governamentais trazem para as frentes?

(dados técnicos; acesso à políticos; financiamento; apoio de mobilização; pressão política)

8- Na sua visão, qual é a principal vantagem política ou estratégica de uma frente parlamentar para os atores que se articulam com ela?

9- De forma geral, você acredita que a interação entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais têm influência legislativa?

10- Você poderia me contar, de forma breve, sobre a atuação no caso do projeto de lei (PL 3817/2024 ou PL COMPLETAR)? Você considera que foi uma atuação conjunta entre frente e profissional de relação governamental? É possível termos acesso aos recursos mobilizados?

Bloco de Considerações Finais

Gostaria de agradecer sinceramente pela sua disponibilidade e pelas contribuições valiosas para esta pesquisa. Antes de encerrarmos, deixo aberto este espaço para que você possa fazer alguma consideração final sobre o tema ou algo que considere relevante e que não foi abordado ao longo da entrevista. Fique à vontade.

- **Deputado Federal :**

Bloco inicial

Olá, deputado(a), muito obrigada por disponibilizar seu tempo para participar desta entrevista. Sei que sua agenda é bastante intensa, então agradeço sinceramente pela atenção e disposição em contribuir com esta pesquisa. Meu nome é Marcela Barros, sou estudante de Ciência Política na Universidade de Brasília e estou desenvolvendo meu Trabalho de Conclusão de Curso sobre a relação entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais, com foco em como essa interação pode funcionar como um mecanismo informal de influência legislativa. Sua participação é especialmente relevante por ocupar a presidência de uma frente parlamentar, o que proporciona uma visão estratégica e institucional sobre esse tipo de articulação. A entrevista será gravada com o seu consentimento e as informações serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, com identificação do entrevistado. Se estiver de acordo, podemos começar.

Bloco de Considerações Finais

Gostaria de agradecer sinceramente pela sua disponibilidade e pelas contribuições valiosas para esta pesquisa. Antes de encerrarmos, deixo aberto este espaço para que você possa fazer alguma consideração final sobre o tema ou algo que considere relevante e que não foi abordado ao longo da entrevista.

- 1- Você pode me dizer, por favor, qual cargo você ocupa, na frente parlamentar?
- 2- Descreva para mim, em poucas palavras, sua principal atividade profissional?
- 3- Na sua visão, qual é a função central das frentes parlamentares? Explique porque. (informar; influenciar decisões públicas; simbolizar preferências ideológicas ou formar coalizões)
- 4- Você costuma ter contato com profissionais de relações governamentais/institucionais? Você observa algum tipo de relação/ trabalho conjunto entre esses profissionais e as frentes parlamentares? Como isso funciona?
- 5- Como é sua relação com profissionais de relação governamental / frentes parlamentares? Essa interação é frequente ou pontual? Quais canais são utilizados nessa relação? Qual o principal deles?
(reunião formal; contato online via e-mail ou whatsapp; encontros presenciais no Congresso; eventos ou outros)

Bloco Desenvolvimento

- 6- Como a frente parlamentar define sua pauta? E qual é o espaço que profissionais externos de relações governamentais têm para sugerir ou influenciar esses temas? Você contribui para a definição das pautas da frente?
- 7- Você saberia apontar qual o tipo de contribuição que os profissionais de relações governamentais trazem para as frentes?
(dados técnicos; acesso à políticos; financiamento; apoio de mobilização; pressão política)
- 8- Na sua visão, qual é a principal vantagem política ou estratégica de uma frente parlamentar para os atores que se articulam com ela?
- 9- De forma geral, você acredita que a interação entre frentes parlamentares e profissionais de relações governamentais têm influência legislativa?

10- Você poderia me contar, de forma breve, sobre a atuação da frente parlamentar no caso (PL 3817/2024 ou PL COMPLETAR)? Você estava diretamente envolvido? Você considera que foi uma atuação conjunta entre frente e profissional de relação governamental?

Bloco de Considerações Finais

Gostaria de agradecer sinceramente pela sua disponibilidade e pelas contribuições valiosas para esta pesquisa. Antes de encerrarmos, deixo aberto este espaço para que você possa fazer alguma consideração final sobre o tema ou algo que considere relevante e que não foi abordado ao longo da entrevista. Fique à vontade.